

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

**HERANÇA DIGITAL: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE COMO O
DIREITO BRASILEIRO TEM ENFRENTADO O TRATAMENTO DOS BENS
DIGITAIS DOS USUÁRIOS FALECIDOS.**

NATHALIA MEDINA CORREIA

RIO DE JANEIRO

2020

NATHALIA MEDINA CORREIA

**HERANÇA DIGITAL: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE COMO O
DIREITO BRASILEIRO TEM ENFRENTADO O TRATAMENTO DOS BENS
DIGITAIS DOS USUÁRIOS FALECIDOS.**

Monografia de final de curso elaborada no âmbito da
graduação em Direito da Universidade Federal do Rio
de Janeiro como pré-requisito para obtenção de grau
de Bacharel em Direito, sob a orientação do Professor
Dr. Flávio Alves Martins.

RIO DE JANEIRO

2020

NATHALIA MEDINA CORREIA

Medina Correia, Nathalia

MC824h

HERANÇA DIGITAL: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE
COMO O DIREITO BRASILEIRO TEM ENFRENTADO O
TRATAMENTO DOS BENS DIGITAIS DOS USUÁRIOS FALECIDOS
/Nathalia Medina Correia. -- Rio de Janeiro, 2020.

78 f.

Orientador: Flávio Alves Martins.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2020.

1.Aspectos gerais do direito sucessório contemporâneo no Brasil. 2. A
Herança Digital. 3. Ordenamento Jurídico brasileiro: as regulamentações
pertinentes ao tema. 4.Olhar para o futuro: análise crítica da iniciativa
legislativa no Brasil. I. Alves Martins, Flávio, orient. II. Título.

NATHALIA MEDINA CORREIA

**HERANÇA DIGITAL: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE COMO O
DIREITO BRASILEIRO TEM ENFRENTADO O TRATAMENTO DOS BENS
DIGITAIS DOS USUÁRIOS FALECIDOS.**

Monografia de final de curso elaborada no âmbito da
graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de
Janeiro como pré-requisito para obtenção do grau de
bacharel em Direito, sob orientação do **Professor Dr.
Flávio Alves Martins.**

Data da Aprovação: __/__/__.

Banca Examinadora:

Orientador: Professor Dr. Flávio Alves Martins

Membro da Banca

Membro da Banca

RIO DE JANEIRO

2020

AGRADECIMENTOS

À minha família, por me apoiar em todos os momentos incondicionalmente. Em especial, ao meu pai, Antonio Olsen, por ter dividido comigo todas as manhãs o trajeto Niterói – Moncorvo Filho. Nossas aventuras de cada dia estão eternizadas em minha memória. Agradeço também a minha mãe, Rita Medina, por todas as vezes que, literalmente, perdeu o sono por mim.

A todos os professores que já passaram pela minha vida estudantil, que são a base da minha caminhada acadêmica. Ao Professor Dr. Flávio Martins, pela confiança e orientação, imprescindíveis para conclusão do presente trabalho.

Aos meus amigos da Faculdade Nacional de Direito, pela companhia durante a fase de graduação, pelo companheirismo, pela troca de conteúdo, pelas risadas e pelas resenhas. Sem dúvida a faculdade seria menos interessante sem a presença de vocês. Também aos meus amigos da vida, obrigada por estarem sempre ao meu lado, principalmente Julia Lorena e Igor, presentes que a vida me deu.

Com destaque, agradeço a minha irmã, Thais Medina, por compartilhar cada alegria e tristeza minha como se sua fosse, você é um exemplo e renova a minha fé na humanidade. Obrigada por tanto, essa vitória também é sua. Por fim, agradeço a Deus, por cada desencontro e encontro da vida que me trouxe até aqui, muito obrigada.

*“Pensava que nós seguíamos caminhos já feitos,
mas parece que não os há. O nosso ir faz o
caminho.”*

C.S.Lewis

RESUMO

O presente trabalho busca analisar como o direito brasileiro tem enfrentado o fenômeno da Herança Digital, apresentando um enfoque nas principais polêmicas que surgem com o tema. Para tanto, será feita uma contextualização da evolução do direito sucessório e de sua atual estrutura, bem como um estudo da Herança Digital, discutindo questões relativas a natureza personalíssima de alguns dos bens que a compõe. Após, será realizada uma exposição de toda regulamentação pertinente ao tratamento dos bens digitais deixados pelo de cujos, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. Assim, a partir do estudo realizado, serão apresentadas as propostas de lei sobre a temática de modo a avaliar os avanços do legislativo brasileiro. Ao fim, o cenário brasileiro será confrontado com diretrizes encontradas na doutrina sobre as formas adequadas de tratamento dessa Herança.

Palavras-Chaves: Direito Sucessório; Herança Digital; Bens Digitais; Internet.

GLOSSÁRIO

Rede/internet - sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes. (Marco Civil)

Usuário – indivíduo que utiliza dos serviços disponíveis na internet.

Acervo digital – conjunto de informações e conteúdo armazenado na internet por um usuário.

Rede Social – plataforma digital que permite a conexão de uma rede de pessoas que possuem interesses comuns.

Dado Pessoal - informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. (LGPD)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.ASPECTOS GERAIS DO DIREITO SUCESSÓRIO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL	12
1.1) Breve Contextualização: origens e fundamentos do direito sucessório.....	12
1.2) As Principais formas de sucessão previstas no Código Civil de 2002 e as posições dos Tribunais	16
2. A HERANÇA DIGITAL	22
2.1) O acervo digital: bens digitais e suas peculiaridades.....	25
2.2) A morte na Internet: uma nova perspectiva sobre a finitude da vida	28
2.3) A tutela dos direitos da personalidade: evolução e características dos direitos personalíssimos	32
2.3.1) Os dilemas da privacidade no mundo moderno	34
2.3.2) Direitos da personalidade pós-mortem: o usuário morto tem direito à privacidade?	39
2.4) Aspectos práticos: os casos concretos envolvendo a temática	43
3.ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: AS REGULAMENTAÇÕES PERTINENTES AO TEMA.....	47
3.1) Disposições na Constituição Federal de 1988	47
3.2) Disposições no Código Civil de 2002	48
3.3) Principais contribuições do Marco Civil da Internet	49
3.4) A importância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	51
3.5) Como os termos de uso previstos nas principais redes sociais regulamentam a conta do usuário após a sua morte	53
3.5.1- Facebook	54
3.5.2- Instagram.....	55
3.5.3- Twitter.....	57
4.OLHAR PARA O FUTURO: ANÁLISE CRÍTICA DA INICIATIVA LEGISLATIVA NO BRASIL	59
4.1) A iniciativa legislativa acerca do tema: análise dos projetos de lei desenvolvidos ao longo dos anos.....	59
4.2) O destino do legado virtual	65
CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

As relações humanas sofreram o impacto do desenvolvimento da tecnologia ao longo da história, mas, modernamente, o avanço da internet foi o principal responsável por modifica-las drasticamente. Assim, diante de uma sociedade cada vez mais virtualizada, é possível observar que práticas comuns estão sofrendo uma ressignificação e a morte (o fim da vida) também assumiu novos contornos.

O paradigma central está relacionado a questão do tempo-espaço. O “mundo digital” não possui os mesmos referenciais de tempo e espaço já conhecidos, ele é atemporal, logo, tudo que está disposto na rede pode se perpetuar indefinidamente. O ser humano, por outro lado, é limitado pela sua mortalidade, refém da inegável certeza de que cedo ou tarde irá morrer. Frente a essa realidade antagônica, surge um impasse: o usuário é mortal, todavia, tudo que ele insere na rede é imortal e persiste mesmo após o seu falecimento.

Infinitas informações podem ser acumuladas por um usuário em vida, desde moedas e ações digitais (cujo teor patrimonial é evidente), até fotos, vídeos e mensagens que possuem um valor afetivo. O grande questionamento que surge é justamente quem será o destinatário desse conteúdo virtual que vem sendo chamado de Herança Digital. Trata-se de um assunto inovador para o qual não existe uma regulamentação específica e que está permeado por complexidades ainda pouco exploradas.

A fim de delimitar o que será abordado, o presente trabalho se ocupará em apresentar o tema com enfoque sobre a destinação dos bens que possuem um valor afetivo, uma vez que, neles reside a maior polêmica pertinente ao assunto. Ademais, será conferido destaque às redes sociais, não somente por serem grandes ambientes de acúmulo de conteúdo com caráter claramente afetivo, mas pela expressividade que essas redes assumem, fazendo parte da vida de milhares de pessoas ao redor do mundo. Dessa forma, pretende-se abordar como o Brasil vem se posicionando frente a essa realidade.

No primeiro capítulo será feita uma breve contextualização do direito sucessório no Brasil, com análise dos elementos históricos até sua roupagem atual, a fim de compreender como e sobre quais princípios esse ramo do direito é estruturado.

No segundo capítulo será abordada a Herança Digital e suas nuances. Assim, serão debatidas as características do acervo digital por meio da diferenciação entre os bens que o compõe e serão expostos os dilemas da morte na contemporaneidade. Além disso, será promovida uma análise sobre o desenrolar da questão da privacidade após a morte e avaliada a relevância que a proteção desse direito possui para correta tutela dos bens digitais. Por fim, será feita uma apresentação de casos concretos envolvendo a temática, com finalidade de demonstrar a relevância prática da discussão.

No terceiro capítulo, será feita uma análise das regulamentações que existem no ordenamento jurídico brasileiro e que são pertinentes para o tratamento do tema (Constituição Federal; Código Civil; Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados). Somado a isso, serão expostos também os termos de uso das principais redes sociais utilizadas no Brasil. O objetivo é demonstrar qual arcabouço legal relevante o Brasil possui para resolver os impasses nessa seara.

O último capítulo se propõe a analisar criticamente as iniciativas do poder legislativo significativas para a questão da Herança Digital, no âmbito do tratamento dos bens digitais deixados pelo *de cujos*, avaliando como caminha o direito brasileiro na elaboração de uma lei específica. Por fim, serão apresentadas propostas referentes a formas satisfatórias para o tratamento dessa Herança Digital, reafirmando a importância de uma tutela adequada e específica ao tema.

1. ASPECTOS GERAIS DO DIREITO SUCESSÓRIO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

O Direito Civil brasileiro inicia a regulamentação das relações privadas entre os particulares com uma análise acerca das consequências jurídicas do nascimento de um ser humano e o momento em que ele adquire personalidade, por outro lado, termina a normatização quando cuida dos efeitos patrimoniais da sua morte. Nesse contexto, o Direito Sucessório é o ramo do Direito Civil responsável por regulamentar a sucessão *causa mortis*. Nas palavras de Flávio Tartuce “a morte deve fechar qualquer codificação que se diga valorizadora da vida civil”¹.

Trata-se de um tema que permeia o Direito das Famílias e o direito à propriedade, pois, basicamente, envolve uma relação jurídica consubstanciada na transmissão patrimonial de bens particulares para os familiares legítimos após a morte. Em razão dessa conjuntura, a sucessão pode, muitas vezes ter desfechos complexos.

Primeiro, porque as relações familiares envolvem questões afetivas e paixões que dificultam a aplicação pura da lei, e segundo, porque quando tais relações estão ligadas ao direito sucessório patrimonial, elas geram um conflito ainda maior em decorrência da natural ambição que ser humano possui por bens materiais.

A fim de compreender melhor essa dinâmica é necessário contextualizar historicamente e legalmente essa disciplina, bem como os institutos jurídicos que a compõe.

1.1) Breve Contextualização: origens e fundamentos do direito sucessório

O direito sucessório tem raízes na Antiguidade. Nessa época, ele estava relacionado à continuidade da família e da religião e era destinado apenas para os herdeiros masculinos mais velhos, considerados sacerdotes da religião doméstica. Por outro lado, as mulheres constituíam nova família por meio do casamento e passavam a integrar um outro núcleo familiar, portanto, elas não herdavam².

¹ TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único**. 4. Ed. Ver. Atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014. p. 1477.

² GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Volume 7. Direito das Sucessões. p.19.

Na Roma Antiga, com a Lei das XII Tábuas, houve uma evolução do Direito das Sucessões na medida em que o *pater famílias* podia dispor dos seus bens para depois de sua morte. Caso não realizasse testamento, a lei previa uma ordem de sucessão entre três classes de herdeiros: *sui, agnati e gentiles*³.

Os herdeiro *sui et necessarii* eram os filhos que estavam sob o pátrio poder. Os herdeiros *agnati* eram os parentes próximos do *de cujus*, colaterais de origem exclusivamente paterna. Na ausência de pessoas dessas classes, ocorria sucessão em favor dos *gentiles*, que constituíam o grupo familiar em sentido mais amplo⁴.

Ademais, no direito romano vigorou o regramento de que além dos bens herdavam-se as dívidas, mesmo quando essas superavam a herança. Havia, portanto, confusão entre o patrimônio do pai falecido com o patrimônio do filho herdeiro. Somente mais tarde, surgiu a possibilidade de se limitar as dívidas ao montante recebido de herança⁵.

Na Idade Média, época feudal, permaneceu a ideia de um direito sucessório que privilegiava o herdeiro varão, valorizando o filho homem primogênito e somente com a Revolução Francesa esses privilégios da masculinidade e distinção entre filhos por ordem de nascimento foram se extinguindo. Com Código Napoleônico, por exemplo, houve uma unidade sucessória e igualdade de herdeiros de mesmo grau, contudo, ao mesmo tempo, foi estabelecida uma distinção entre os herdeiros no caso dos filhos naturais e não naturais, do cônjuge sobrevivente e do Estado⁶.

Foi na França que houve a introdução do princípio de origem germânica, chamado de *droit de saisine*, que por sua vez, foi introduzido no Direito Português em 1754 e acrescentado no Código Civil Brasileiro de 1916. Isso demonstra a clara influência germânico-francesa para criação de institutos sucessórios no Direito Brasileiro.

A influência da codificação francesa no início do século XIX fez-se sentir, com efeito, em nossa legislação, mesmo antes do diploma de 1916. A legislação pré-codificada previa linha de vocação hereditária formada pelos descendentes, ascendentes, colaterais até o 10º grau, e só posteriormente o cônjuge supérstite e, por fim, o fisco. A lei n. 1839 de 1907, inverteu a posição do cônjuge sobrevivente com os colaterais,

³ Ibid., p. 20.

⁴ Ibid., p. 20

⁵ NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. Volume 6. Direito das Sucessões. p. 70.

⁶ GONÇALVES, op. cit., p. 21.

limitando o direito destes ao 6º grau – limite mantido no código de 1916. Em razão de alteração posterior, determinada pelo Decreto Lei n. 9.461, de 15 de novembro de 1946, reduziu-se a vocação de colaterais ao 4º grau, limite mantido no Código Civil de 2002 (Art. 1.829 c/c o art. 1839)⁷.

Com o passar do tempo o Direito Sucessório foi se modificando, abandonando os valores retrógrados de épocas passadas acima reportados e adotando uma característica mais social e constitucional, valorizando a dignidade da pessoa humana.

O fundamento do Direito Sucessório sempre variou de acordo com o momento histórico e a sociedade em que ele se desenvolveu. Por exemplo, antigamente as bases da sucessão estavam firmadas na religião ou ainda, quando se pensa em uma sociedade socialista, a transmissão de herança é vista como algo que somente aumentaria as desigualdades, ajudando a gerar acúmulo de riquezas nas mãos das mesmas famílias. Desse modo, tanto a forma de organização da sociedade quanto o momento da história, geram reflexos determinantes na maneira de pensar a questão sucessória⁸.

Não se pode negar que o direito sucessório tem íntima ligação com o direito à propriedade. A lógica do direito à propriedade é a perpetuidade, sendo certo que para ser perpetuo é necessária a sua sucessão em causa da morte, caso contrário se teria apenas um usufruto e não de fato uma propriedade dos bens⁹.

Como a sociedade brasileira é de cunho capitalista, pautada no fundamento da livre iniciativa, a propriedade privada é valorizada e protegida pelo ordenamento. Assim, existe um interesse social na proteção do direito hereditário que é visto, não só como garantidor da propriedade, mas como um estímulo para que se produza cada vez mais, fortalecendo a lógica de mercado que impera na sociedade moderna¹⁰.

Contudo, o Direito Sucessório brasileiro não tem fundamento apenas em valores patrimoniais, ligados ao acúmulo de capital, pois também está intimamente ligado ao direito das famílias, sendo um meio de proteção da dignidade e perpetuidade do núcleo familiar. Nas palavras de Caio Mário:

⁷ Ibid., p. 35.

⁸ Ibid., p. 23-24.

⁹ FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**, 7. p. 22.

¹⁰ GONÇALVES, op. cit., p. 25-26.

No direito moderno, a propriedade, posto que individual, é como que assegurada aos membros do grupo familiar, não porque a todos pertença em comum, mas em razão do princípio da solidariedade, que fundamenta deveres de assistência do pai aos filhos, e por extensão a outros membros da família, bem como do filho ao pai, por força do que dispõe o art. 229 da Constituição de 1988. Visa, então, à transmissão hereditária a proporcionar originariamente aos descendentes a propriedade do antecessor, segundo o princípio da afeição real ou presumida, que respectivamente informa a sucessão legítima e a testamentária.¹¹

No Direito Sucessório contemporâneo, o fenômeno da constitucionalização do direito civil é determinante para sua interpretação. Com advento da Carta Magna de 1988 muitas mudanças foram incorporadas, não somente de forma expressa (com o art. 5º, XXX¹² que constitui o direito de herança como garantia fundamental ou art. 227§6º¹³ que garantiu a paridade de direito entre os filhos), mas também na maneira de interpretação das normas ali presentes¹⁴.

A Constituição da República, como norma hierarquicamente superior impõe obediência das normas infraconstitucionais, que nela devem se pautar e retirar seu fundamento de validade. A norma constitucional confere maior eficácia aos institutos do direito civil promovendo sua reinterpretação a partir da valorização dos direitos e garantias fundamentais¹⁵.

Nesse sentido, a dignidade da pessoa humana, princípio norteador da ordem jurídica, funciona como valor máximo a ser seguido, pelo qual o homem é colocado como centro das relações jurídicas, desse modo, tais relações devem se pautar sempre em função da dignidade de cada uma das partes.¹⁶

¹¹ PEREIRA, Caio Mário Silva, instituições de direito civil. – 21. Ed. – Rio de Janeiro: Forense 2014. p.49.

¹² BRASIL. *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 04 mar. 2020. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXX - é garantido o direito de herança;

¹³ BRASIL. *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 04 mar. 2020. Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) (...) § 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

¹⁴ GONÇALVES, op. cit., p. 22.

¹⁵ FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil, 7, p. 14-15).

¹⁶ Ibid., p. 15.

Percebe-se que na sucessão a proteção do patrimônio pode ser mitigada em razão de direitos existenciais, posto que, na ponderação de interesses há uma tendência a se valorizar o ser.¹⁷ Nas palavras do autor Cristiano Chaves:

“A partir da compreensão sobre a dignidade humana é possível perceber a concreta possibilidade do estabelecimento de limitações legais ao exercício de direitos subjetivos sucessórios, com vistas à proteção do núcleo familiar e do próprio titular, que ficam protegidos por um patrimônio mínimo, elementar, como corolário de sua dignidade. É o que acontece, exemplificativamente, com a limitação ao direito de celebrar testamento. De fato, o titular não pode testar um volume de patrimônio que comprometa a dignidade de seu núcleo familiar quando existem herdeiros necessários que dele dependam. Com o mesmo espírito, os direitos e garantias constitucionais podem, outrossim, servir para uma mitigação ao exercício dos direitos sucessórios, obstando o recebimento da herança ou legado, como no exemplo da indignidade e da deserdação do sucessor, por conta de eventual conduta ignóbil contra o autor da herança. A justificativa é lógica: se um sucessor se comporta mal em desfavor do titular do patrimônio, mostra-se atentatório à dignidade do proprietário permitir que se mantenha o direito à herança.”¹⁸

Pelo exposto, nota-se que, em razão da evolução do Direito Sucessório e da introdução de novos valores constitucionais à disciplina, ele não mais se pauta meramente em valores patrimoniais. Ao contrário, há uma valorização da função social, da perpetuidade do núcleo familiar e também da dignidade do indivíduo que figura como parte nessa relação.

1.2) As Principais formas de sucessão previstas no Código Civil de 2002 e as posições dos Tribunais

O estudo do Direito Sucessório brasileiro está previsto inicialmente no art. 5, XXX, CF, que assegura o direito de herança. Já no Código Civil, o tema está dividido em quatro Títulos: da sucessão em geral; da sucessão legítima; da sucessão testamentária; do inventário e da partilha.

No Título I o legislador aborda normas gerais sobre a administração da herança, destacando a aplicação do princípio da *saisine* , as espécies de herdeiros, a lei aplicável à sucessão, a capacidade sucessória, as regras sobre aceitação e renúncia, os eventuais excluídos da sucessão, as hipóteses de herança jacente e a petição de herança.

¹⁷ Ibid., p. 16.

¹⁸ Ibid., p. 127.

No Título II estão as normas sobre a sucessão legítima, a ordem de vocação hereditária e as regras sobre os herdeiros necessários, enquanto no Título III, há previsão da sucessão testamentária, com regras relativas a capacidade de testar e as formas de testamento, ordinário e especiais. Por fim, o Título IV encerra a disciplina com normas a respeito do inventário e da partilha dos bens entre os herdeiros.

Basicamente, existem duas espécies de sucessão no sistema jurídico, quais sejam, a sucessão legítima (sem testamento) e a sucessão testamentária. O art. 1.786 determina que a sucessão ocorre por lei (sucessão legal) ou por disposição de última vontade (sucessão testamentária).

A sucessão legítima é supletiva. Não havendo testamento ou se houver vícios no testamento, supletivamente são aplicadas as regras da sucessão legítima. Nesse sentido dispõe o artigo 1.788 do Código Civil de 2002, segundo o qual, morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.

A sucessão legítima é chamada, portanto, de testamento tácito. Como ela segue uma ordem proveniente da lei, não há qualquer declaração de vontade do titular da herança, de modo que, serão beneficiadas as pessoas determinadas pelo Código Civil no art. 1.829¹⁹.

Já na sucessão testamentária há um respeito a vontade do titular da herança, ou seja, por meio dela, o titular da herança pode dispor, através de uma vontade exteriorizada em um testamento ou em um codicilo, para quem ele deseja destinar os bens que integram o seu patrimônio. Assim, ele escolhe as pessoas que serão beneficiadas, sendo, portanto, uma manifestação da sua autonomia privada. Contudo, a lei impõe que somente pode dispor de metade do seu patrimônio disponível, tratando desse percentual como uma legítima no artigo 1.846, CC/02.

O Código Civil de 2002, classifica o testamento em ordinário ou especial. O testamento ordinário é aquele realizado pelo testador de forma regular, ou seja, sua manifestação de

¹⁹ Ibid., p. 312-313.

vontade é livre, sem estar prejudicada por nenhuma situação incomum que possa gerar uma dúvida a respeito da liberalidade. Nesse caso, a lei determina que o testamento pode ser público, cerrado ou particular e cada uma dessas espécies apresenta características e formalidades definidas na lei.

Os testamentos especiais são aqueles em que o testador manifesta sua vontade em uma situação excepcional, com circunstâncias extraordinárias que justificam a diminuição das formalidades legais. Isso decorre do fato de que, são situações em que não há tempo ou meio de exigir a presença de um oficial público. Trata-se do testamento marítimo, do militar e do aeronáutico (art. 1.886 a 1.896, CC/02).

O testamento é um negócio jurídico, e como tal, a ele são aplicadas as regras gerais relativas aos negócios jurídicos em sentido amplo, contudo, o testamento possui determinadas características específicas²⁰. Trata-se de um negócio personalíssimo, uma vez que, somente o titular do patrimônio pode determinar o que será feito com ele após a sua morte. Inclusive, a lei proíbe o testamento conjuntivo, ou seja, aquele em que duas pessoas testam em um mesmo instrumento. O testamento também é um negócio unilateral, logo, ele se aperfeiçoa com a manifestação de vontade de apenas uma parte. Ademais, trata-se de um negócio gratuito, o que significa que ele não atribui nenhuma vantagem ao testador, uma vez que, apenas o sucessor é beneficiado. E ainda, é um negócio formal, visto que, a lei impõe determinadas exigências específicas para que ele possa ter validade.

Apesar de todos os requisitos necessários para elaboração de um testamento é preciso reconhecer que, a manifestação de vontade nele exposta deve ser preservada, pois trata-se de um instrumento de disposição baseado na autonomia da vontade. Assim institutos como a conversão substancial do art. 170, a ratificação do art. 172 e a redução do art. 184, todos do Código Civil, são aplicáveis ao testamento.

É preciso preservar a manifestação de vontade do testador e analisar a sua intenção, mesmo diante da necessidade do respeito as formalidades. Nesse sentido, os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça²¹.

²⁰ Ibid., p. 326

²¹ Ibid., p. 329.

“1. Testamento particular. Artigo 1.645, II do CPC. Interpretação: *Ainda que seja imprescindível o cumprimento das formalidades legais a fim de preservar a segurança, a veracidade e legitimidade do ato praticado, deve se interpretar o texto legal com vistas à finalidade por ele colimada.* Na hipótese vertente, o testamento particular foi digitado e assinado por quatro testemunhas, das quais três o confirmaram em audiência de instrução e julgamento. Não há, pois, motivo para tê-lo por inválido. 2. Interpretação consentânea com a doutrina e com o novo Código Civil, artigo 1.876, §§ 1º e 2º.” (STJ, Ac. unân. 4ª T., REsp. 701.917/SP, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, j. 2.2.10, *DJe* 1.3.10)

“O testamento é um ato solene que deve submeter-se a numerosas formalidades que não podem ser descuradas ou postergadas, sob pena de nulidade. *Mas todas essas formalidades* não podem ser consagradas de modo exacerbado, pois a sua exigibilidade deve ser acentuada ou minorada em razão da preservação dos dois valores a que elas se destinam – razão mesma de ser do *testamento* –, na seguinte ordem de importância: o primeiro, para assegurar a vontade do testador, que já não poderá mais, após o seu falecimento, por óbvio, confirmar a sua vontade ou corrigir distorções, nem explicitar o seu querer que possa ter sido expresso de forma obscura ou confusa; o segundo, para proteger o direito dos herdeiros do testador, sobretudo dos seus filhos.” (STJ, Ac. unân. 4ª T., REsp. 302.767/PR, Rel. Min. César Asfor Rocha, j. 5.6.01, *DJU* 24.9.01, p. 313)

Na sociedade brasileira a sucessão testamentária não é usual, de modo que, a sucessão legítima termina por ocupar um espaço maior e isso decorre da forma como o legislador concebeu as suas regras, e também, em razão da cultura do povo brasileiro. Esses fatores levam a grande tendência de o testamento ser um instituto pouco usado.

Em primeiro lugar, os procedimentos testamentários são burocráticos, onerosos e complicados e isso afasta o interesse por realiza-los. Mas além disso, o Brasil é um país com enorme desigualdade social o que leva a realidade de uma população em que a maioria não possui bens para serem transmitidos.

Ademais, os testamentos geram incômodo, pois impõe que o titular ajuste normas de organização do seu patrimônio para depois da sua morte, logo, isso faz com que ele seja obrigado a admitir o fim da vida como um fenômeno inevitável.

Socialmente, os brasileiros não têm o costume de debater esse tema, porque ele causa desconforto inclusive entre os familiares, sendo visto como uma frieza a conduta de organizar os bens materiais e partilhá-los entre os demais. Assim, trata-se de um tema que pode ser emocionalmente desgastante. Portanto, o planejamento sucessório não é culturalmente comum.

Nas palavras de Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald²²;

Percebendo que a cultura religiosa brasileira tem a morte como um adversário cruel e implacável, um destino inexorável cuja chegada se deve retardar ao máximo, nota-se que para muitos elaborar um testamento seria como atrair a morte. Um mau presságio. Como se quem não fizesse testamento não fosse morrer... Também por isso, o volume de testamentos em nosso país é irrelevante.

Aliado a isso, está o fato de que, as normas sobre a sucessão legítima são muito satisfatórias e conseguem estar em consonância com a maioria das relações familiares e afetivas normais da sociedade. Assim, quando o legislador dispõe uma ordem sucessória privilegiando descendentes, cônjuge e ascendente, isso está de acordo com a afetividade da maioria das famílias brasileiras, ou seja, trata-se de uma ordem que, provavelmente, seria contemplada e beneficiada pelo autor da herança caso ele fizesse um testamento.

A sucessão legal, portanto, deve obedecer às regras previstas no Código Civil, que presumiu uma relação de afetividade ao determinar uma ordem de sucessão entre os familiares do *de cujos*. Cumpre esclarecer que nem todos os familiares são beneficiados, pois os parentes mais distantes só são alcançados pela herança quando faltam parentes das classes preferenciais²³.

Como foi dito anteriormente, o legislador presumiu que o autor da herança gostaria de beneficiar seus parentes de acordo com uma ordem de proximidade, por essa razão, determinou que os descendentes, os ascendentes, o cônjuge, os colaterais são os principais beneficiados (art. 1.829, CC). Essa presunção está baseada em uma manifestação volitiva tácita de que o autor da herança pretende beneficiar as pessoas contempladas na lei²⁴.

Quando o autor da herança deixar herdeiros necessários nos termos do artigo 1.845, CC, há uma herança compulsória, pois, o falecido só poderá dispor de metade do seu patrimônio. Portanto, a sua manifestação de vontade fica mitigada. Essa imposição é justificada com base no afeto e na solidariedade familiar, de modo que, ao cônjuge, descendentes e ascendentes, seja assegurado um mínimo de patrimônio.

²² Ibid., p. 314.

²³ NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. Volume 6. Direito das Sucessões. p. 195.

²⁴ FARIAS, op. cit., p. 202.

Conforme o disposto acima, existem duas formas de sucessão no ordenamento brasileiro, a legal e a testamentária, mas ambas podem coexistir em algumas situações determinadas com base nos artigos 1.788 e 1.846, CC. Assim, caso o autor da herança possua herdeiros necessários, mas queira fazer um testamento, ele só poderá dispor de metade do seu patrimônio. Ademais, caso ele não tenha herdeiros necessários, mas realize um testamento dispondo de parte dos seus bens, o restante será destinado aos herdeiros legítimos facultativos.

Por todo o exposto, após entender a evolução e a estrutura do Direito Sucessório, é possível adentrar mais a fundo no estudo dos bens que podem ser objeto de sucessão e a diferente natureza que possuem, para, posteriormente, iniciar a temática da Herança Digital, assunto que será pormenorizado no próximo capítulo.

2. A HERANÇA DIGITAL

Conforme foi analisado, o Direito Sucessório brasileiro é estruturado para garantir a transmissão do patrimônio do falecido, priorizando os chamados herdeiros necessários (núcleo familiar mais íntimo) sendo um ramo jurídico que envolve questões de natureza patrimonial e familiar. Quando se estuda esse ramo do direito percebe-se que ele está centrado em torno da herança, de como ela será dividida e quem será o seu beneficiário.

Para o direito civil brasileiro, nas palavras do Professor Flávio Tartuce, conceituamos herança como “conjunto de bens, corpóreos ou incorpóreos, havidos pela morte de alguém e que serão transmitidos aos seus sucessores, sejam testamentários ou legítimos.”²⁵ Em outras palavras definiu o autor Caio Mario:

“Herança é o conjunto patrimonial transmitido *causa mortis*. Diz-se, também, acervo hereditário, massa ou monte. Numa especialização semântica, como equivalente ao espólio, traduz a universalidade de coisas (*universitas rerum*), até que a as individualização pela partilha determine os quinhões ou pagamentos aos herdeiros.”²⁶

A doutrina parece entrar em um consenso, sem maiores debates, vendo herança como o conjunto de bens deixado pelo *de cujos*, sejam eles corpóreos ou incorpóreos. Entretanto, com a virtualização da sociedade, o indivíduo passou a acumular coisas digitalmente e assim, surgiram questionamentos sobre a possibilidade de existência de uma Herança Digital e (se existente) como seria efetivado seu tratamento.

Na contemporaneidade o indivíduo está cada vez mais “conectado” na rede e termina por virtualizar suas experiências pessoais e profissionais. Não se pode negar que essa vivência no mundo digital traz uma nova roupagem para práticas que antes ocorriam apenas no mundo real, pois as relações interpessoais e as transações econômicas passam a ser online. Nesse cenário, o homem encontra espaço para virtualizar sua realidade pessoal, acumulando informações e objetos pessoais em versão digital, como álbuns de fotos, diários de viagem, bloco de notas e biblioteca de livros.

²⁵ TARTUCE, Flávio. Herança Digital e Sucessão Legítima: primeiras reflexões. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**. Ano 5, nº 1, 2019, p. 873. Disponível em: <http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/1/2019_01_0871_0878.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

²⁶ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. – 21. Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.p 27.

Sobre essa realidade e a possibilidade da existência de um legado digital o autor Bruno Zampier expõe:

“Para a compreensão deste novo momento da história, é preciso analisar esta sociedade da informação, especialmente a partir do entendimento da evolução da internet, com o advento da denominada web 2.0 2 (rede que incentiva o fornecimento de serviços gratuitos, incrementando a colaboração, a cooperação e a interatividade entre os usuários, fazendo com que a pessoa natural passe a ser senão o maior, um dos maiores colocadores e difusores de conteúdo), o fenômeno das redes sociais, os contratos eletrônicos e as demais formas de declarações de vontade online. Tais instrumentos de interação e conexão, se visualizados numa linha temporal, farão com que o sujeito passe a ser titular de um verdadeiro legado digital. São blogs, redes sociais, vídeos, músicas, contatos, correios eletrônicos, álbuns de fotografias, dezenas ou centenas de senhas que descortinam a vida do indivíduo. Por certo, estas novas realidades implicam o surgimento de novos problemas.”²⁷

Nota-se que ao usuário é oferecido um espaço virtual para armazenar os mais diversos bens, tais como, fotos, livros, textos, músicas, moedas, senhas, ou seja, cria-se o que vem sendo chamado de acervo digital. Assim, o ambiente virtual, ao permitir o armazenamento de todo esse conteúdo em vida, acaba criando um desafio para após a morte, afinal, o usuário um dia irá falecer. Diante disso, questiona-se para quem fica tudo aquilo que foi digitalmente armazenado. Logo surge a seguinte pergunta: poderia esse conteúdo ser chamado de herança?

Para Marco Aurélio de Farias Costa e Filho parece não haver óbice à inclusão de bens digitais na sucessão, tratando-se apenas de uma questão de interpretação extensiva, ou seja, de transpor o que já temos na nossa legislação para regular a nova figura que surge. Nesse contexto ele dispõe:

“Pode-se dizer que, não obstante a ausência de legislação específica, os princípios e instrumentos hermenêuticos já consagrados pelo nosso ordenamento jurídico possibilitam lidar com a herança digital. O direito Digital é caracterizado pela aplicação de interpretação extensiva, pelo uso da analogia e por sua base legal na prática costumeira, uma vez que a produção legislativa nem sempre é capaz de acompanhar as constantes mudanças tecnológicas. Consequentemente, ao tratar-se da matéria, optar por uma interpretação restritiva do Código Civil seria deixar a sociedade desprotegida em face de uma nova realidade.”²⁸

Ocorre que o tema não se esgota de maneira tão simples, com a fria aplicação do Código Civil por analogia, isso porque a ideia de Herança Digital apresenta outros dilemas e controvérsias.

²⁷ LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens Digitais**. São Paulo: Foco Jurídico, 2017, p. 3.

²⁸ COSTA, Marco Aurélio de Farias. Herança Digital: valor patrimonial e sucessão de bens armazenados virtualmente. **Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco**. [S.I.] n 9. 2016, p. 189. Disponível em: <<https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/152>>. Acesso em: 05 abr.2020.

Os bens digitais nem sempre possuem uma natureza patrimonial, pois muitos deles têm natureza existencial e as vezes, mista (patrimonial e existencial)²⁹. Ao se pensar nas criptomoedas³⁰ (bens de valor claramente patrimonial), por exemplo, não parece surgir óbice a sucessão. Nesse caso, na falta de regramento específico é acertado dizer que a aplicação analógica das regras de sucessão já existentes no Código Civil supriria bem as lacunas.

O conflito surge principalmente em razão dos bens que possuem natureza existencial ou mista, uma vez que estes não se limitariam apenas ao caráter patrimonial. Assim, questiona-se a validade da classificação como herança, por se entender que a herança só abarcaria transmissão de patrimônio.

Além disso, existem dúvidas quanto a aplicação analógica das regras ordinárias de sucessão previstas no Código Civil de 2002, justamente por se considerar a possível necessidade de uma tutela jurídica específica³¹, diante do valor personalíssimo que permeia o conteúdo dos bens com essa natureza.

Com enfoque na problemática gerada pelos bens de caráter existencial, se buscará analisar a situação destes dentro da dinâmica das redes sociais, visto que essas redes acumulam conteúdo de teor claramente pessoal e são amplamente utilizadas por grande parte da população.

Dessa forma, pretende-se, no presente capítulo, entender mais a fundo a natureza dos bens digitais, conhecendo suas nuances. Somado a isso, busca-se entender a dinâmica da morte do usuário digital, por meio da análise dos efeitos e conflitos gerados a partir dela e também a razão de certos bens demandarem uma proteção diferenciada. Por fim, serão apresentados conflitos reais que vem se manifestando ao redor do mundo, através da exposição de casos concretos que ilustram de maneira adequada as dificuldades que permeiam o tema.

²⁹ LEAL, Livia Teixeira. **Internet e morte do usuário: propostas de tratamento jurídico *post mortem* do conteúdo inserido na rede**. 1. ed. – Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018., p.39.

³⁰ “Criptomoedas são moedas digitais que utilizam a criptografia para proteger seus dados, criar novas unidades e confirmar suas transações, através de cálculos realizados por supercomputadores interligados (nodes ou nós) na **rede blockchain** de forma descentralizada.”(Definição disponível em: <<https://guiadobitcoin.com.br/criptomoedas/>>. Acesso em: 18. mar. 2020.

³¹ LEAL, op. cit., p. 40.

Com isso, será construída a base teórica para discutir qual é o melhor tratamento *pós morte* para os bens digitais de caráter extrapatrimonial.

2.1) O acervo digital: bens digitais e suas peculiaridades

A Herança Digital surge como uma novidade do mundo moderno e faz referência ao acervo de bens digitais acumulados em vida pelo usuário. É importante, antes de adentrar nas polêmicas que envolvem o tratamento desses bens, compreender suas especificidades.

A doutrina define que bens, em sentido amplo, são coisas que proporcionam uma utilidade ao homem, existe um interesse econômico ou jurídico por eles, sendo ainda suscetíveis de apropriação³².

Existem diversas classificações³³ para os bens, todavia, destaca-se a classificação quanto à tangibilidade, ou seja, os bens podem ser divididos em corpóreos e incorpóreos. Os bens corpóreos, também conhecidos como materiais ou tangíveis, tem uma existência física no mundo e por isso podem ser tocados. Já os bens incorpóreos, também chamados de imateriais ou intangíveis possuem existência abstrata, por isso não podem ser tocados.³⁴

Os bens digitais são aqueles que existem no plano digital/virtual, não podendo ser tocados pelo homem, por isso, seriam uma espécie de bem incorpóreo suscetível de apropriação pelo usuário da internet. Importante ressaltar que um usuário pode se apropriar de diversos bens digitais ao longo da vida, tais como e-books (livros digitais), músicas, fotos, vídeos e jogos.

Como exposto, há uma série de diferentes bens digitais e é preciso entender suas particularidades e estabelecer distinção entre eles. Nesse sentido, a professora Livia Leal propõe fazer uma distinção entre situações jurídicas patrimoniais e existenciais, eis que elas serão determinantes para que se estabeleça o tratamento adequado do acervo digital pós morte. Sobre o tema ela expõe:

³²TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único**. 4. Ed. Ver. Atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014, p. 178-179.

³³Classificação quanto à mobilidade; Classificação quanto a fungibilidade; Classificação quanto à consuntibilidade; Classificação quanto à divisibilidade; Classificação quanto à individualidade; Classificação quanto à dependência em relação a outros bens; Classificação quanto ao titular do domínio.

³⁴TARTUCE, op. cit., p. 181-182.

“Com efeito, há uma preocupação grande quanto à transmissibilidade ou não dos conteúdos dispostos na rede, como se todas as questões pudessem ser solucionadas pela transferência da titularidade do conteúdo. Nesse contexto o debate a respeito do tratamento das situações jurídicas existenciais ainda tem sido muito incipiente. Não se pode ignorar que alguns direitos são personalíssimos e portanto, intransmissíveis, extinguindo-se com a morte do titular não sendo objeto de sucessão e não integrando o acervo sucessório por ele deixado. Assim, como a herança refere-se ao acervo patrimonial do de cujos, as situações existenciais, ressalvadas as situações dúplices em alguns aspectos, não vão integrar o conceito de herança.”³⁵

Nota-se que existe a necessidade de estabelecer uma distinção entre as situações jurídicas relativas a esses bens, pois a transmissibilidade do conteúdo disposto na rede deve levar em consideração a natureza existencial ou patrimonial. Na visão supracitada as situações existenciais não integrariam o conceito de herança, em razão da sua natureza personalíssima, logo, a autora defende que o acervo a ser transmitido deve permanecer com os bens patrimoniais.

Nesse contexto, o autor Bruno Zampier apresenta uma interessante e importante diferenciação para os bens digitais, dividindo-os em patrimoniais e existenciais. Os bens digitais patrimoniais teriam valor econômico, assim manifestariam interesses patrimoniais dos titulares e a eles caberia a aplicação das disposições relativas ao direito de propriedade.

Já os bens digitais existenciais não contariam com valor patrimonial, mas tratariam de informações com repercussão extrapatrimonial, ou seja, constituiriam dados pessoais do sujeito e assim, atrairiam a tutela jurídica conferida aos direitos da personalidade. Cabe pontuar que existem também os bens digitais que carregam um caráter misto, ou seja, detém ambos os aspectos – patrimoniais e existenciais³⁶.

Seguindo a lógica do direito de propriedade os bens digitais patrimoniais deixados pelo de cujos, carregados de valor econômico, encontrariam asilo nas normas de direito sucessório³⁷. Nesse contexto, caberia então falar de uma Herança Digital, que apenas seria diferente da herança a qual estamos habituados por estar inserida nessa realidade virtual. Logo, a princípio, o uso das normas existentes no direito sucessório, por analogia, seria suficiente pra solucionar a maioria dos casos, então, haveria transmissibilidade.

³⁵ LEAL, op. cit., p. 38.

³⁶ ZAMPIER apud LEAL, Livia Teixeira. **Internet e morte do usuário: propostas de tratamento jurídico post mortem do conteúdo inserido na rede**/ 1. ed. – Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018, p.38.

³⁷ LEAL, op. cit., p. 39.

Já quanto aos bens digitais existenciais, que tem desdobramentos extrapatrimoniais, seria inócua a aplicação do direito sucessório, uma vez que tratam de situações ligadas aos direitos da personalidade, não cabendo falar em transmissibilidade, logo, não seria correto tratá-los como herança propriamente dita³⁸.

Fotos, vídeos e mensagens armazenadas na rede são exemplos de bens digitais de caráter existencial visto que, inicialmente, não se vislumbra nenhum valor patrimonial os envolvendo. Na verdade, são dotados de valor personalíssimo, sendo expressão de aspectos pessoais do indivíduo.

Em um primeiro momento é possível fazer uma analogia desses bens com um álbum de fotos ou um diário físico. Conquanto, em relação aos bens físicos, não existem dúvidas de que em caso de morte dos proprietários esses objetos passarão ao domínio dos herdeiros. Não se discutem questões que envolvam privacidade ou intimidade da pessoa morta. Ocorre que, a dinâmica no mundo virtual é muito mais rica e complexa e por isso, alega-se que os dados inseridos na rede mereceriam uma proteção maior, até mesmo contra familiares.

Por fim, é importante lembrar que existem também os bens de natureza mista, ou seja, que reúnem aspectos tanto patrimoniais quanto existenciais³⁹, ficando em um limbo sobre os dois tratamentos apresentados.

Diante da dualidade apresentada quanto a natureza dos bens virtuais, é necessário observar os desdobramentos da morte no meio digital. Desse modo, será realizada essa análise com enfoque nas situações que envolvem bens de natureza extrapatrimonial, posto que, entende-se que é nesse ponto onde residem as maiores inquietações a serem discutidas.

Frente a complexidade do tema, optou-se por tratar dessa dinâmica dentro do contexto das redes sociais, não somente por serem amplamente utilizadas no mundo todo e terem revolucionado as relações virtuais, mas também para delimitar o objeto de análise e dar maior concretude aos assuntos pontuados. Ademais, algumas informações guardadas pelos usuários dessa rede são personalíssimas, o que dificulta determinar o destino que devem ter após a morte.

³⁸LEAL, op. cit., p. 39-40.

³⁹Ibid., p. 39.

2.2) A morte na Internet: uma nova perspectiva sobre a finitude da vida

As relações sociais entre os homens ocorriam unicamente na presença física de pelo menos dois indivíduos, mas com o tempo e avanços tecnológicos foram descobertas novas possibilidades de interagir com o outro sem a necessidade dessa presença.

Do envio de cartas a ligações por telefone; do telefone fixo a praticidade do celular; das mensagens de texto e do surgimento do e-mail, dentre tantas outras inovações é possível concluir que o advento da internet foi o grande responsável por aproximar os homens e redefinir as relações sociais, uma vez que possibilitou a diminuição das distâncias físicas.

A democratização da internet fez com que cada vez mais pessoas estivessem “online”, ou seja, utilizassem esse recurso. Há diversas formas pelas quais o homem pode se relacionar com uso da internet, dentre elas estão em destaque as chamadas redes sociais.

Dentro dessa nova realidade, é inegável o impacto das redes sociais que fazem parte do cotidiano de uma expressiva parcela da população. A revista Super Interessante, por exemplo, publicou uma reportagem informando que cerca de 3,5 bilhões de pessoas possuem cadastro em alguma rede social, sendo, portanto, quase metade da população mundial digitalmente conectada nessas redes⁴⁰.

O autor Moisés Fagundes Lara⁴¹ define as redes sociais como “um conjunto de pessoas reunidas por interesses e objetivos semelhantes e que modernamente se utilizam das novas tecnologias para otimizar essas relações sociais”. Aborda ainda a diferenciação do conceito de mídia social, que em sua visão não é um sinônimo de rede social, sendo esse o meio pelo qual se difunde a informação⁴².

Assim, a rede social consiste em pessoas que utilizam a internet para realizar uma troca interpessoal. Importante ressaltar que sempre existiram redes sociais em razão do ser humano ser sociável e estar organizado em redes de pessoas que compartilham os mesmos objetivos,

⁴⁰ REDES SOCIAIS. Usuários. **Super Abril**. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/tecnologia/metade-do-planeta-esta-nas-redes-sociais-que-ja-somam-35-bilhoes-de-usuarios/>>. Acesso em: 18. mar. 2020.

⁴¹ LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. Porto Alegre, RS: s.c.p; 2016, p 40-41.

⁴² Ibid., p. 40.

interesses e valores, porém, com as novas tecnologias essa rede social ocorre intermediada pela internet.

É oportuno pontuar a diversidade de redes sociais existentes, cada qual com finalidades específicas, de modo que um indivíduo pode ter conta em mais de uma rede ao mesmo tempo. A exemplo das mais utilizadas no Brasil tem-se o Facebook⁴³ e o Instagram⁴⁴ (ambos possuem proposta de interação social, funcionando como uma rede de amigos on-line) e o Twitter⁴⁵ (possui proposta de ser um espaço para exposição de pensamentos e opiniões de forma dinâmica).

Uma das grandes revoluções nessa era digital ocorre em razão de o usuário não ser apenas um expectador, mas sim um ator da sua vida digital. Se antes a internet era usada como fonte de pesquisa e meio de comunicação (uso do e-mail, chats, google), agora ela é também um espaço para exposição de ideias e de produção de conteúdo⁴⁶. O terreno da internet, no geral, se tornou colaborativo, cabendo a todos um espaço para compartilhar e produzir conteúdo, expondo suas opiniões⁴⁷.

Então, o usuário da rede social cultiva um ciclo de amigos e conversa com eles, além disso alimenta sua conta com fotos, vídeos e pensamentos. A partir dessas informações, é possível conhecer alguém por meio de uma rápida olhada em suas redes sociais e descobrir além de informações básicas como nome e idade, um conteúdo mais íntimo como gostos, aspirações e outras informações de cunho extremamente pessoal.

Consciente dessa realidade, Stefano Rodotà construiu uma interessante ideia, a de um *corpo eletrônico*, que seria um reflexo do indivíduo no âmbito virtual, sendo uma extensão da própria pessoa formada por seus dados pessoais inseridos na rede, ou seja, o *corpo eletrônico* é um espectro do homem real, que vive na internet. É justamente a versão virtual que se cria do homem. Essa extensão, por tratar de uma esfera íntima e personalíssima do próprio indivíduo, também careceria de uma tutela jurídica⁴⁸.

⁴³ FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.facebook.com/>>. Acesso em: 18. fev. 2020.

⁴⁴ INSTAGRAM. Disponível em: <<https://www.instagram.com/?hl=pt-br>> Acesso em: 18. fev. 2020.

⁴⁵ TWITTER. Disponível em: <<https://twitter.com/?lang=pt>>. Acesso em: 18. fev. 2020.

⁴⁶ LEAL, op. cit., p. 12.

⁴⁷ LARA, op. cit., p. 41.

⁴⁸ LEAL, Lívia Teixeira. **Internet e morte do usuário: a necessária superação do paradigma digital**. Revista Brasileira de Direito Civil – RBD Civil, Belo Horizonte, v. 16. 2018, p. 181-197.

A partir dessa ideia vislumbra-se claramente no perfil de rede social a existência de um *corpo eletrônico* que é constantemente atualizado pelo usuário com dados pessoais. Comporta citar as palavras de Rodotà⁴⁹ sobre a temática, a fim de sedimentar essa complexa ideia:

“Pessoa e corpo eletrônico já pertencem naturalmente à dimensão global. As informações que nos dizem respeito, e que representam nossa identidade para todos aqueles que as usam eletronicamente, estão espalhadas num número crescente de bancos de dados nos mais diversos lugares do mundo; nossos rastros eletrônicos são constantemente acompanhados e guardados; os dados sobre a saúde, os dados genéticos descompõem nosso corpo. O novo direito global deve tratar de um “indivíduo planetário”, de um “corpo distribuído no espaço.”

Logo, dentro dessa perspectiva, o homem moderno convive com dois corpos: um físico e um eletrônico. Enquanto o primeiro tem natureza inegavelmente finita, o segundo tem condão de se perpetuar indefinidamente. É nesse ponto que reside um antagonismo interessante, entre o homem (mortal) e o usuário (imortal), ambos carregando a mesma essência personalíssima. No contexto do presente trabalho, é importante entender justamente os impactos que a morte física gera para esse apunhado de dados pessoais que se perpetua.

A professora Livia Leal, quando trata do tema, faz considerações muito pertinentes dentre as quais vale destacar a ideia de que não se trata de uma substituição da realidade física pela virtual, mas sim uma coexistência entre essas realidades e as práticas que as integram, de modo a reconfigurar as referências de mundo já existentes. Nesse sentido o que ocorre é reconfiguração da experiência de morte a partir do reconhecimento da existência de um *corpo eletrônico* e dessa nova dinâmica social criada pela internet⁵⁰.

Quando tratamos da morte física, por mais desagradável que a perda possa ser, estamos lidando com um terreno conhecido. Há o ritual de velar o corpo, prestar condolências, as questões administrativas e legais já sabidas, ou seja, existe um trâmite conhecido de como lidar com esse infortúnio. Já os reflexos da morte no mundo virtual ainda são pouco explorados e desconhecidos.

Assim, temos a situação em que o usuário morre, mas seus dados não. No caso da rede social o perfil subsiste e na maioria das vezes não há manifestação do próprio usuário sobre o

⁴⁹ RODOTÀ, Stefano. Globalização e o direito. In. **PALESTRA PROFERIDA EM 2003**, Rio de Janeiro. Tradução Myriam de Filippis. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/151613/DLFE-4314.pdf/GlobalizacaoeoDireito.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

⁵⁰ LEAL, Livia Teixeira. Internet e morte do usuário: propostas de tratamento jurídico *post mortem* do conteúdo inserido na rede. 1. ed. – Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018. p. 5-6.

que deve ser feito com esse perfil, afinal é uma realidade muito nova. Além disso, não existe regramento legal no direito brasileiro estabelecendo a destinação que deve ser conferida a esses perfis que carregam informações claramente existenciais⁵¹.

Nesse diapasão, inúmeras são as opções sobre qual destinação poderia ser ministrada a esse conteúdo existencial após a morte. No âmbito das redes sociais, como exemplo, existe a opção (ofertada por algumas dessas redes) de criação de uma “conta memorial” que funciona como um espaço para recebimento de mensagens de amigos e parentes. Pode-se ainda considerar uma exclusão, fazendo o corpo eletrônico seguir o físico, ou a transmissão para familiares, a fim de que estes decidam o que deve ser feito, dentre outras opções.

Um fato que não pode ser desconsiderado é que o homem ainda está redescobrimdo a experiência de morte através dessa realidade virtual. Nota-se que muitas vezes há um desejo do próprio indivíduo de perpetuar-se através da internet, resguardando sua memória e imagem. Existem também anseios dos familiares que se sentem titulares dessa memória virtual, acreditando que ela minimiza as dores do luto e faz com que o ente perdido permaneça em suas vidas de um modo mais palpável.

Contudo, como visto, os bens de natureza existencial arrastam para si uma tutela personalíssima e, portanto, demandam um tratamento diferenciado quando em comparação com os bens meramente patrimoniais. As redes sociais tornam essa realidade evidente, pois um perfil possui muitas informações privadas não só do morto, mas também de terceiros com quem ele se relacionava, razão pela qual os perfis costumam ser protegidos por senhas. É nesse sentido que a privacidade ganha relevância como um valor a ser defendido, mesmo depois da morte.

Desse modo, existem diferentes possibilidades para o tratamento desse conteúdo deixado pelo usuário falecido e compete ao Direito verificar quais opções são viáveis, no sentido de respeitarem os valores e a unidade do ordenamento jurídico, preservando assim o direito e a dignidade dos envolvidos.

⁵¹LEAL, Livia Teixeira. **Internet e morte do usuário: propostas de tratamento jurídico *post mortem* do conteúdo inserido na rede**. 1. ed. – Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018. p.16.

Portanto, no próximo capítulo serão analisados os direitos personalíssimos, com destaque a privacidade, e os seus desdobramentos após a morte. Com isso busca-se entender a importância desses valores e como eles influenciam no tratamento desses bens digitais.

2.3) A tutela dos direitos da personalidade: evolução e características dos direitos personalíssimos

Atualmente, há um consenso sobre a existência dos direitos da personalidade que são explicitamente reconhecidos e protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro. A consagração desses direitos, frente um panorama mundial, foi fruto de uma evolução histórica por meio da qual se reconheceu a necessidade do Estado assegurar direitos essenciais do ser humano que não poderiam ser violados.

No direito brasileiro, com a Constituição Federal de 1988, a dignidade humana foi qualificada como princípio que norteia todo o ordenamento, sendo um valor supremo à ser promovido e garantido. Trata-se de um princípio abstrato com conceito aberto e o conteúdo é mensurado de acordo com os valores sociais e culturais, determinados por uma sociedade em um certo momento histórico. Ressalta-se que a inserção desse princípio vem justamente para proteger o ser humano, garantindo assim a preservação de seu status de sujeito de direito⁵².

É a partir da amplitude do princípio da dignidade humana que a inserção dos direitos da personalidade junto ao ordenamento jurídico brasileiro ganha força. Como esse princípio possui um conceito aberto e fluído, para que sua proteção fosse melhor efetivada, foi preciso determinar os atributos que o compõem⁵³. Dessa forma o Código Civil de 2002 incorporou ao seu texto os direitos da personalidade, que constituem aspectos essenciais do ser humano, imprescindíveis para manutenção da sua dignidade.

O Código Civil de 2002 prevê esses direitos personalíssimos de maneira expressa, apresentando um rol exemplificativo, nos artigos 11 ao 21, abordando o direito à integridade física, ao próprio corpo, ao nome, a imagem e a vida privada.

⁵² SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. 2 ed. – São Paulo: Atlas, 2013.p. 8.

⁵³ Ibid., p. 9.

Assim, os direitos da personalidade são direitos individuais adquiridos a partir do nascimento com vida. Segundo Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona são “aqueles que têm por objeto os atributos físicos, psíquicos e morais da pessoa em si e em suas projeções sociais”⁵⁴. Logo, esses direitos estão ligados a atributos específicos da personalidade humana que carecem de proteção e são inerentes à pessoa constituindo elementos de sua dignidade⁵⁵.

Importante destacar que os direitos da personalidade, em sua essência, são direitos extrapatrimoniais, intransmissíveis e irrenunciáveis, ou seja, a patrimonialidade e a disponibilidade, até mesmo de parte desses atributos, é excepcional. Além disso, por serem vitalícios só se extinguem com a morte de seu titular. Sobre essa questão é interessante citar as palavras de Anderson Schreiber⁵⁶:

“Como manifestações essenciais da condição humana, os direitos da personalidade não podem ser alienados ou transmitidos a outrem, quer por ato entre vivos, quer em virtude da morte do seu titular. Ao contrário do que ocorre, por exemplo, com a propriedade e com os direitos de crédito, que podem ser livremente alienados e que se transmitem aos herdeiros do falecido, os direitos à imagem, à honra, à privacidade e todos os demais direitos da personalidade são exclusivos do seu titular. Nascer e morrer com aquela pessoa, não podendo ser cedidos, doados, emprestados, vendidos ou recebidos por herança.”

Justamente por constituírem elementos essenciais à condição humana, os direitos da personalidade não podem receber tratamento patrimonial e nem o próprio titular, em regra, pode deles dispor. Com relação a temática da Herança Digital essa noção é de suma importância pois, assumindo que os bens digitais existenciais merecem uma tutela personalíssima, qualquer tratamento sucessório pautado em uma lógica patrimonial e econômica se faz insustentável diante da sua intransmissibilidade.

Portanto, de forma breve foi possível conceituar e entender a importância dos direitos da personalidade. São direitos subjetivos que consolidam atributos essenciais ao homem e que devem ser assegurados, para que assim a dignidade humana seja garantida. A proteção desses direitos deve ser efetiva, operando-se tanto nas relações com o Estado (verticalmente), quanto entre particulares (horizontalmente); e ainda, merecem ser protegidos até mesmo do próprio titular que deles não pode dispor (salvo casos excepcionais). Logo, fica claro que nem mesmo

⁵⁴ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito civil**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p.150

⁵⁵ TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: Volume único**. ed. rev; atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016, p.99.

⁵⁶ SCHREIBER, op. cit., p. 24.

o titular pode abrir mão da sua dignidade e dos atributos que a compõe e por isso, tais direitos merecem uma proteção tão rigorosa.

Dessa forma, após todo o exposto e compreendendo de maneira geral a essência dos direitos da personalidade, será iniciada uma análise específica de uma de suas facetas, a da privacidade, que será analisada dentro da Era Moderna da internet e das redes sociais.

2.3.1) Os dilemas da privacidade no mundo moderno

No Brasil, o direito à privacidade possui uma dupla proteção sendo consagrado no Código Civil (art. 21⁵⁷) como direito da personalidade e também na Constituição Federal (art. 5º X⁵⁸) como direito fundamental, ambos os dispositivos asseguram a inviolabilidade da intimidade e vida privada do indivíduo. Importante pontuar que no presente trabalho não será feita a diferenciação entre vida privada e intimidade, considerando, pois, ambos como aspectos da privacidade sem adentrar em minúcias.

O direito à privacidade possui como marco do seu surgimento no mundo jurídico a publicação de um artigo chamado “*Right to Privacy*” (direito à privacidade), na renomada revista da faculdade norte americana de Harvard, no ano de 1890. O artigo abordava um viés individualista da privacidade que ficou conhecido como “*right to be let alone*” (direito de ser deixado só)⁵⁹.

Nesse primeiro momento a privacidade consistia no direito de afastar interferências alheias da vida pessoal. Assim, possuía uma conotação negativa, uma vez que se pautava pela imposição de um dever geral de abstenção. A coletividade mantinha a salvo a privacidade alheia simplesmente se comprometendo a não interferir na vida do outro. Com isso, não se exigia nenhuma conduta positiva, mas somente o respeito a essa esfera privada de cada indivíduo e então, se garantia a privacidade⁶⁰.

⁵⁷ BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 04 mar. 2020. Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

⁵⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 5º (...) X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

⁵⁹ SCHREIBER, op. cit., p. 134-135.

⁶⁰ Ibid., p. 135.

A partir da implementação do chamado Estado Social a privacidade foi assumindo novos contornos e a proteção de dados pessoais começou a ganhar relevância. Os governos passaram a atuar mais interventivamente para garantir o bem-estar da população. Desse modo, o Estado passou a coletar dados dos cidadãos (como endereços residenciais) para promoção de suas políticas públicas⁶¹.

De início os dados eram coletados a nível municipal ou estadual. Todavia, com o avanço das tecnologias o processo de armazenamento e tratamento de informações foi otimizado. Com isso, o fluxo de dados se tornou mais intenso e então surgiu uma preocupação com a iminente possibilidade de criação de um banco de dados nacional⁶².

A partir disso surgiram novas inquietações que não se limitavam a criação de um banco nacional de dados do governo, mas também com cruzamento de dados entre diversos bancos e com um possível desvio de finalidade no uso dessas informações coletadas⁶³. Com o constante avanço da tecnologia o processamento de informações se tornou cada vez mais otimizado e isso intensificou o intercâmbio de dados, que hoje é promovido a nível global de uma forma quase instantânea.

Nesse cenário, a privacidade não se garante apenas por meio de um dever geral de abstenção, isso porque “ser deixado só” já não é mais garantia de respeito à intimidade. A nova era da informação exige condutas positivas para que se salvguarde tal direito: é necessário o controle dos dados pessoais dispostos na rede⁶⁴. Sobre a importância desse controle Anderson Schreiber⁶⁵ discorre:

“Mais sutil, mas não menos perigosa que a intromissão na intimidade doméstica de uma pessoa, é a sua exposição ao olhar alheio por meio de dados fornecidos ou coletados de forma aparentemente inofensiva, no preenchimento de um cadastro de hotel ou no acesso a um site qualquer da internet. O uso inadequado desses dados pessoais pode gerar diversos prejuízos ao seu titular.”

⁶¹ ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, p.88-89.

⁶² Ibid., p. 89.

⁶³ Ibid., p. 90.

⁶⁴ SCHREIBER, op. cit., p. 135-136.

⁶⁵ Ibid., p. 136.

Portanto, a privacidade evoluiu e, principalmente com advento das novas tecnologias, assumiu características modernas e peculiares, demandando assim, uma nova atuação para efetivar sua proteção.

Na Era da Internet a proteção à privacidade ganha um destaque ainda maior, pois o indivíduo assume um papel ativo construindo informações e disponibilizando em rede. Foi com a WEB 2.0⁶⁶ que os usuários passaram a interagir mais e construir parte do conteúdo da internet, dessa forma a veiculação de dados pessoais variados passou a ser muito maior⁶⁷.

Existe uma peculiaridade que muito influencia a privacidade, principalmente, do usuário das redes sociais, mas sendo também válida ao usuário da internet de modo geral: trata-se do redimensionamento dos espaços. Isso ocorre porque o meio digital confunde os usuários que já não conseguem delimitar o que é espaço público e o que é privado⁶⁸.

A internet não permite arrependimento; aquilo que é postado não terá como ser apagado de fato. O que se percebe é que, com a popularização da internet, para além da intensificação da invasão da privacidade, a população passou a exercer um movimento de evasão da privacidade, enaltecendo a exposição deliberada de suas informações privadas⁶⁹.

No mundo digital o usuário assume a falsa ideia de que está seguro em sua casa, acreditando estar “a salvo” em sua intimidade. Todavia, não contempla que ao acessar a rede entra em um terreno muito mais próximo ao domínio do público, posto que, já não sabe qual alcance e quantas pessoas terão acesso as informações ali dispostas.

No mesmo sentido, ao disponibilizar um dado pessoal em um cadastro virtual o indivíduo não tem a dimensão do que está compartilhando, não vislumbra, nesses atos, uma disposição de sua privacidade. Por essas razões, muitas vezes, não utiliza as cautelas e atenções devidas para salvaguardar um valor tão essencial, que compõe a sua personalidade.

⁶⁶ WEB 2.0. **Site Uol**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u20173.shtml>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

⁶⁷ ALMEIDA, op. cit., p. 90-91.

⁶⁸ LEAL, Livia Teixeira. **Internet e morte do usuário: propostas de tratamento jurídico post mortem do conteúdo inserido na rede**. 1. ed. – Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018, p.44.

⁶⁹ CANCELIER, Mikhail Vieira de Lorenzi. O direito à privacidade hoje: perspectiva histórica e o cenário brasileiro. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**. Florianópolis, v. 38, n. 76, p. 228, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2017v38n76p213/34870>>. Acesso em: 05.abr. 2020.

Nesse contexto, Juliana Evangelista de Almeida afirma que “proteção de dados pessoais, na atualidade, não envolve apenas a perspectiva de controle e acesso (...) mas também, um controle efetivo”⁷⁰. Logo, é necessário que a tutela e o controle sobre os dados utilizados seja eficaz e nesse contexto, a autora defende que, em alguns casos, caberá ao Estado exercer tal controle, em razão da natureza e importância de certos dados relacionados, por exemplo, a etnia do indivíduo⁷¹.

Anderson Shreiber vai definir essa nova face da privacidade moderna como “direito ao controle da coleta e utilização dos próprios dados pessoais”⁷². Dessa forma, complementa sua visão afirmando que a grande relevância não está centrada na disposição de um dado pessoal isolado, mas sim no conjunto dos dados dispostos em rede, isso porque um endereço residencial pode até parecer inofensivo quando avaliado sozinho, todavia, ao unir-se a outros dados, torna-se apto a traçar um verdadeiro perfil do indivíduo⁷³.

O citado autor ainda vai trabalhar com uma visão relevante sobre dimensões da proteção da privacidade. Assim, Schreiber vai estabelecer uma dimensão procedimental e outra substancial⁷⁴.

A dimensão procedimental consiste no modo como o dado pessoal é obtido e como ele é tratado. Assim, a coleta clandestina ou desautorizada deve ser evitada, frisando que a autorização do titular é imprescindível. Além disso, consentir em disponibilizar os dados não constitui alienação deles, isso porque informações pessoais não podem ser comercializadas como bens patrimoniais. Com isso, o ideal é que todo processo de coleta seja monitorado do início ao fim, para que o titular possa verificar a autenticidade dos dados, corrigi-los e evitar qualquer desvio de finalidade no uso dos mesmos⁷⁵.

A dimensão substancial, por outro lado, está centrada no uso da informação obtida. Trata-se do direito do indivíduo ter controle sobre a sua imagem, que é criada a partir da coleta

⁷⁰ALMEIDA, op. cit. p. 91.

⁷¹Ibid., p. 91.

⁷²SCHREIBER, op. cit., p 137.

⁷³Ibid., p.137-138.

⁷⁴Ibid., p.138.

⁷⁵Ibid., p. 138-139.

de dados pessoais. Nesse sentido, a imagem criada deve refletir a realidade cabendo ao titular exigir isso e ainda, deve ser evitado que o uso desses dados assuma caráter discriminatório⁷⁶.

Essas duas dimensões abrangem as facetas nas quais a privacidade moderna deve ser protegida, ou seja, é importante o controle sobre todo processo informacional, devendo ser fiscalizada desde o fornecimento do dado até sua exclusão pois, esse controle contínuo permite minimizar desvios de finalidade. Aliado a isso, deve o indivíduo ter controle sobre a representação subjetiva que esses dados criam, para que assim salvasse a fidelidade com a realidade e também, para evitar que tais dados possam ser usados com um viés discriminatório, pondo em risco outros direitos fundamentais.

Retomando a ideia de “*corpo eletrônico*” elaborada por Rodotá, nota-se como o conjunto de dados pessoais, que isolados parecem inofensivos, assumem uma posição de grande relevância. Isso pois, esses dados pessoais podem compor um verdadeiro perfil virtual do indivíduo, que chega a ser comparado como uma extensão de seu “eu físico”, retratando sua singularidade na rede. Assim, resta evidente que a proteção à privacidade desses dados é imprescindível para assegurar a dignidade do homem moderno.

A importância da privacidade está em constante atualização, posto que é um direito que vem se modificando com o tempo. Por isso, o direito deve estar em constante inovação para salvaguardar as novas formas de expressão da privacidade, de modo a não deixar o ser humano desprotegido de um direito tão essencial.

“Privacidade, então, deve ser vista antes de tudo como exercício de uma liberdade da pessoa, uma necessidade humana. Parte-se para uma visão da privacidade que é interna ao sujeito, faz parte dele, formando-o como ser humano. Seja trabalhando a privacidade como o *estar só* ou numa perspectiva mais contemporânea de *controle informacional*, não se pode perder o vínculo com a pessoa, como forma de manifestação da *personalidade*. Ter privacidade é fundamental ao indivíduo, não apenas em oposição ao público, mas numa relação interna, visto que não será possível a assunção de seus desejos sem a construção de seu espaço íntimo”⁷⁷.

Portanto, a privacidade é um direito personalíssimo e fundamental, indispensável para garantia da dignidade humana como um todo. É por meio dela que o indivíduo manifesta sua personalidade e pode resguardar sua individualidade. Assim, em seus mais variados aspectos,

⁷⁶ Ibid., p. 139.

⁷⁷ CANCELIER, op. cit., p. 220.

seja em seu viés individualista inicial de “ser deixado só” ou numa visão mais moderna de controle do uso de dados, sua proteção é essencial.

Os chamados bens existenciais, tais como os acumulados nas redes sociais, são compostos em verdade por dados pessoais do indivíduo e por todo o exposto, não restam dúvidas de que merecem proteção quanto à privacidade. Contudo, é preciso entender como (e se) essa privacidade terá reflexos *pós mortem*, para assim compreender qual é a extensão desse direito e se os usuários falecidos gozarão dessa proteção.

2.3.2) Direitos da personalidade pós-mortem: o usuário morto tem direito à privacidade?

A dimensão da relevância da privacidade foi amplamente debatida no tópico anterior, com destaque aos dilemas enfrentados na contemporaneidade para efetivação da sua proteção. Tratar da privacidade de dados do usuário por si só já é um tema complexo, todavia o debate se torna ainda mais difícil quando se volta para os dados deixados pelo *de cujos*.

A dificuldade do tema decorre principalmente do fato de que, no ordenamento brasileiro, o ser humano adquire a personalidade a partir do nascimento com vida, mas ela termina com a morte, nos termos do art. 6º do Código Civil⁷⁸. Assim, se a personalidade estaria finda com a morte, como proteger direitos personalíssimos de um usuário morto?

Estudos realizados por pesquisadores na Universidade de Oxford, segundo reportagem da revista Exame, sugerem que em 50 anos o número de usuários mortos do Facebook irá superar os vivos⁷⁹. Logo, a existência de perfis de pessoas falecidas pairando na rede é uma realidade crescente.

Como já exposto, a grande dualidade está justamente no fato de que o ser humano é finito, enquanto seu perfil e as informações por ele dispostas na rede se perpetuam infinitamente

⁷⁸ BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 04 mar. 2020. Art. 6º A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

⁷⁹ Usuários. **Exame Abril**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/em-50-anos-o-facebook-tera-mais-usuarios-mortos-do-que-vivos-diz-estudo/>>. Acesso em: 18. fev. 2020.

no tempo. Frente a esse cenário, muito se questiona sobre a proteção dos dados dessas pessoas falecidas e o que deve ser feito com eles.

No ordenamento jurídico brasileiro a personalidade se extingue com a morte. Nesse sentido, os direitos da personalidade se extinguem quando a pessoa falece, dessa forma também o direito à privacidade, ou seja, por lógica não existe “privacidade de pessoa morta”. Consiste em um direito vitalício e intransmissível e tais características corroboram a sua finitude.

Entretanto, o direito brasileiro não negligenciou totalmente a tutela dos direitos de uma pessoa morta, pois o Código Civil 2002 traz previsões para defesas póstumas contra lesão a direitos da personalidade do morto, concedendo aos familiares a legitimidade para tanto. Tais previsões se concentram nos parágrafos únicos dos artigos 12 e 20⁸⁰ do diploma citado, assim, enquanto o primeiro trata da defesa dos direitos personalíssimos de forma geral, o segundo vai abordar especificamente lesões a imagem do morto⁸¹.

Importante cita o Enunciado 400 da V Jornada de Direito Civil⁸², que é pertinente ao tema e assim prevê: “os parágrafos únicos dos artigos 12 e 20 asseguram legitimidade, por direito próprio, aos parentes, cônjuge ou companheiro para a tutela contra lesão perpetrada *post mortem*.” Nota-se que o Enunciado fala em tutela de uma lesão já perpetrada, ou seja, em sua maioria são casos onde o dano já ocorreu e resta aos familiares buscar reparação.

Nesse contexto a legislação se volta aos casos onde já ocorreu uma violação ao direito, sem abordar um viés preventivo que seria extremamente necessário na sociedade atual, tendo em vista a premente necessidade de proteção dos dados pessoais, inclusive após a morte⁸³. Ademais, os dispositivos elencados não são propriamente direitos do morto, posto que esse já

⁸⁰ BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 04 mar. 2020. Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau. Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. (Vide ADIN 4815) Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

⁸¹ SCHREIBER, op. cit., p. 152-153.

⁸² BRASIL. **Conselho da Justiça Federal**. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/204>> Acesso em: 04 mar. 2020.

⁸³ ALMEIDA, op. cit., p. 95.

perdeu a personalidade, mas sim, (nas palavras de Tartuce), “*resquícios da personalidade civil*”⁸⁴.

Cite-se ainda que são artigos que geram algumas polêmicas na doutrina⁸⁵, contudo, o enfoque será destinado ao equívoco do legislador quanto aos legitimados para defesa dos direitos do morto, isso porque eles seguem claramente uma lógica sucessória, possuindo semelhança com o rol da vocação hereditária⁸⁶. É certo que a associação não é devida tendo em vista se tratarem de direitos completamente opostos em sua essência, enquanto um tutela primordialmente valores existenciais, o outro tem enfoque na questão patrimonial.

No que tange ao direito à privacidade, não raro são os próprios familiares que promovem violações à intimidade do morto. Nesse ponto, diferente dos outros direitos da personalidade, o art. 21 do CC/02, que trata da tutela da privacidade, fornece ao intérprete uma interessante possibilidade. O referido dispositivo assim prevê “a vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma”⁸⁷.

Dessa forma, é possível sustentar, no caso concreto, que o termo “interessado”, em uma visão mais extensiva, comportaria qualquer pessoa que, por razões legítimas, tem interesse em tutelar a privacidade daquele que não pode efetivar essa proteção. Tal interpretação abarcaria as pessoas mortas que, por óbvio, não podem assegurar esse direito. Dessa forma, abrir-se-ia um leque muito maior para proteção da privacidade após a morte, não sendo restrito ao rol de familiares ordinariamente elencado para defesas póstumas. Contudo, a doutrina não endossa esse posicionamento, entendendo como “interessado” somente o titular do direito ameaçado⁸⁸.

⁸⁴ TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: Volume único**. ed. rev; atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016. p.139.

⁸⁵ Os artigos 12 e 20 do Código Civil tratam da defesa dos direitos após a morte de um titular, o primeiro no que tange aos direitos da personalidade de maneira geral e o segundo quanto ao direito à imagem. Para tanto esses dispositivos preveem legitimados para defesa póstuma desses direitos. A primeira crítica a tais dispositivos trata da omissão quanto a figura do companheiro, ambos elencam apenas a figura do cônjuge. Nesse sentido, entende-se pela compatibilização com a Constituição, fazendo uma interpretação analógica para inserir também essa figura do companheiro/convivente no rol. Menciona-se ainda a questão dos colaterais até quarto grau que encontram previsão no art. 12, porém não são reproduzidos no art. 20. Sendo certo que a imagem, atualmente, tem um conceito ampliado, fica difícil estabelecer em qual hipótese o caso concreto vai se enquadrar. Para tanto, a doutrina afirma que uma possível solução para evitar incongruências seria entender que tais dispositivos são de caráter exemplificativo, ou ainda, que pelo menos se comunicam entre si. TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: Volume único**. ed. rev; atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016. P. 114-115.

⁸⁶ SCHREIBER, op. cit., p. 153.

⁸⁷ Ibid., p. 153.

⁸⁸ Ibid., p. 154.

O impasse jurídico envolvendo usuários falecidos está principalmente na dificuldade de proteger a privacidade dos dados que não possuem mais um titular, haja vista o seu falecimento. Desse modo, no direito brasileiro, a tutela fica restrita a casos em que haja violação da reputação da família, interesses econômicos ou violação de direitos autorais⁸⁹.

É certo que existem diversas teorias jurídicas que defendem o prolongamento dos direitos personalíssimos, incluindo a privacidade, para além da morte, mesmo frente a falta de um titular. Todavia, em nenhuma delas foi adotada pelo ordenamento brasileiro que, como visto, restringe a proteção *post mortem* a aspectos limitados e pontuais.

Nesse contexto, se faz relevante mencionar a Teoria Situação Jurídica Subjetiva, de Perlingieri, visto que, ela pode considerada como uma forma de responder satisfatoriamente as situações referentes aos direitos da personalidade do morto⁹⁰, permitindo proteção aos dados do usuário falecido e garantindo a unidade e harmonia do ordenamento jurídico como um todo.

Para essa teoria, a relação jurídica não precisa, necessariamente, de um titular de direitos subjetivos para estar configurada. Isso porque, o direito tutela a categoria dos fatos jurídicos, sendo esses acontecimentos que reverberam no mundo jurídico de maneira a criar, conservar, modificar e extinguir direitos, ou seja, esses fatos produzem efeitos no mundo jurídico e por isso, devem ser regulados⁹¹.

Nessa ótica, a relação jurídica existe devido a situações jurídicas que constituem relações entre centros de interesses e produzem efeitos para o direito, merecendo então sua tutela. Portanto, a teoria da situação jurídica subjetiva admite a existência de relações jurídicas em razão dos centros de interesses não sendo imprescindível um sujeito titular de direitos⁹².

Assim, após a morte, aplicando essa teoria, ainda que a personalidade seja extinta, pode subsistir uma situação jurídica que precisa ser tutelada, devido a existência de um centro de interesse que demanda proteção. No caso dos usuários falecidos que deixam bens existenciais,

⁸⁹ ALMEIDA, op. cit., p. 95.

⁹⁰ PERLINGIERE apud ALMEIDA, Juliana Evangelista de; ALMEIDA, Daniel Evangelista Vasconcelos. **Direito à “morte” digital?**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e3f8cedce7f1fa45>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

⁹¹ Ibid.

⁹² PERLINGIERE apud ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais**. Porto Alegre: Fi, p. 73-74, 2019.

ainda que não haja mais um sujeito de direitos, há uma situação de extrema relevância que merece ser protegida pelo direito, principalmente tendo em vista as inúmeras violações que podem ocorrer.

Como visto, a personalidade é atributo da pessoa humana que existe apenas durante sua existência. Assim, com a morte não há personalidade, mas existe um situação jurídica, dada sua relevância, e deve ser tutelada mesmo que desprovida de um titular⁹³.

No caso da morte do usuário, os dados dispostos em rede, em razão da sua importância, possuem relevância apesar do seu titular já não mais existir no mundo fático. Como visto, os dados pessoais em conjunto muitas vezes se consubstanciam em verdadeiras extensões do “eu físico”, ou ainda, há entre esses dados informações de terceiros que interagem com falecido, sendo inegável necessidade de sua proteção contra usos indevidos. Se é desonroso vilipendiar um cadáver (inclusive sendo crime), porque o corpo eletrônico deveria estar totalmente desprotegido? Não mereceria ele também uma proteção jurídica, principalmente, dada a importância das informações ali contidas?

Diante do exposto, a fim de dar maior concretude serão apresentados casos concretos nos quais se discutem a titularidade dos bens digitais existenciais deixados por usuários falecidos.

2.4) Aspectos práticos: os casos concretos envolvendo a temática

O advento da internet vem modificando diversos seguimentos da sociedade e compete ao direito se adaptar para conseguir regulamentar a nova realidade que surge. No tocante a chamada Herança Digital, em que pese a novidade do tema, várias lides vêm surgindo no cenário mundial e nelas se discute a titularidade e o direito de acesso aos bens digitais deixados pelo usuário falecido. Diante disso, foram selecionados casos reais que ganharam notoriedade na imprensa, com intuito de ilustrar, de maneira concreta, as divergências e inquietações que permeiam o tema.

O primeiro caso a ser destacado se passou na Alemanha em 2012, quando os pais de uma adolescente ingressaram contra o Facebook para ter acesso a conta da filha. A menina foi vítima de uma fatalidade quando morreu atropelada por um trem na estação de Berlim. Assim,

⁹³ALMEIDA, Juliana Evangelista de; ALMEIDA, Daniel Evangelista Vasconcelos. **Direito à “morte” digital?**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e3f8cedce7f1fa45>>. Acesso em: 15 mai. 2020

em meio a possibilidade de ocorrência de suicídio, os pais propuseram a demanda contra a citada rede social com intuito de solucionar a dúvida sobre a causa da morte. Em primeira instância conseguiram uma decisão favorável do Tribunal de Berlim, que comparou a rede social a cartas e diários que são herdados pelos familiares. Todavia, o Facebook recorreu, e conseguiu decisão contrária aos pais, justificada pela necessidade de privacidade dos contatos da menina⁹⁴.

Outro caso interessante e que ganhou publicidade aconteceu com uma mulher britânica em 2015, que também perdeu a filha. Acometida com um tumor cerebral a menina sofria devido as limitações causadas pela doença e a mãe, com intuito de ajudar, auxiliava a filha na utilização da conta no Facebook. Com o falecimento da filha, a genitora continuou a usar a rede social dela, afirmando que isso a deixava mais próxima da menina. Todavia, o Facebook transformou a rede social em uma conta memorial e isso impediu que a mãe da menina mantivesse as interações sociais de forma plena, pois a conta memorial não permite acesso aos contatos e ao perfil, passando a funcionar apenas como um local para que amigos e familiares depositassem mensagens. A mãe da menina ainda tentou resolver o impasse administrativamente entrando em contato com Facebook, contudo recebeu uma resposta negativa que a impediu de assumir a titularidade da conta. Assim, afirma ter ficado extremamente entristecida com ocorrido, pois sentia que o conteúdo lá disposto deveria ser sua “herança”⁹⁵.

No tocante ao cenário brasileiro, destaca-se ainda um caso que possui muita similaridade com o supracitado. No ano de 2013, no Mato Grosso do Sul, uma mãe ao perder a filha se viu indignada com a rede social da menina, que se transformou em um “muro de lamentações”. Na rede social da falecida os amigos continuavam a postar mensagens, o que acabou se tornando incômodo para a família. Após diversas tentativas administrativas de exclusão da conta, a mesma foi transformada em memorial (seguindo a política do facebook), todavia isso não agradou a família que não se sentiu confortável e ingressou com uma ação para excluir o perfil, tendo obtido decisão favorável na primeira instância, que determinou a exclusão da conta⁹⁶.

⁹⁴ <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-nega-a-pais-acesso-a-facebook-de-filha-morta/a-39065271> (acessado em 18/02/2020)

⁹⁵ Luta de mãe pelo facebook da filha. **Globo.com**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/04/luta-de-mae-pelo-facebook-da-filha-expoe-questao-de-heranca-digital.html>>. Acesso em: 18. fev. 2020.

⁹⁶ Mãe pede exclusão de perfil da filha. **Globo.com**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/04/mae-pede-na-justica-que-facebook-exclua-perfil-de-filha-falecida-em-ms.html>>. Acesso em: 18. fev. 2020.

Recentemente um novo caso brasileiro chamou a atenção da mídia para temática da Herança Digital, trata-se da morte do famoso apresentador de TV Gugu Liberato e a futura titularidade de sua conta no Instagram. Não houve (ainda) judicialização, todavia, a situação trouxe à luz questões envolvendo não somente a privacidade dos usuários falecidos, como também a polêmica das contas de redes sociais que possuem altos valores patrimoniais.

No final de 2019, após o falecimento do apresentador, o número de seguidores do seu instagram cresceu em torno de 55,7%, chegando a marca de 3 milhões⁹⁷. Assim, a conta que já possuía expressividade na rede passou a valer ainda mais. Frise-se que o Instagram possui uma peculiaridade pois, além de ser uma rede social de cunho pessoal, que envolve troca de mensagens privadas e fotos, é também uma ferramenta de trabalho e gera retorno financeiro, estima-se por exemplo que uma conta com 1 milhão de seguidores possa ser avaliada entre 20 a 30 mil reais⁹⁸.

Dessa forma, diversos veículos de informação noticiaram o caso de Gugu indagando qual seria o destino de uma conta que, apesar de pessoal, possui um grande valor patrimonial, o qual não pode ser ignorado, principalmente em favor de seus herdeiros.

Os casos narrados refletem os impasses gerados com a morte do usuário e a transmissibilidade dos bens digitais, com destaque ao conteúdo disposto nas redes sociais. Nota-se que o maior impasse encontrado esbarra justamente na questão da privacidade e personalidade dos dados ali inseridos.

Conflitos para quem fica são inevitáveis. De um lado permanece o desejo da família de ter acesso ao conteúdo deixado pelo morto nas redes sociais, afinal o corpo eletrônico carrega informações pessoais do falecido (fotos, vídeos, mensagens). Assim, perder a conta da rede social pode representar uma dupla morte para algumas famílias. Por outro lado, existem famílias

⁹⁷ Aumento de seguidores de Gugu. **Notícias Uol**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/02/aumento-de-seguidores-de-gugu-reacende-debate-sobre-heranca-digital.htm>>. Acesso em: 18. fev. 2020.

⁹⁸ Aumento de seguidores de Gugu. **Notícias Uol**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/02/aumento-de-seguidores-de-gugu-reacende-debate-sobre-heranca-digital.htm>>. Acesso em: 18. fev. 2020.

que entendem que o encerramento da rede social permite sepultar de vez a perda, fechando uma ferida que estaria permanentemente aberta por meio da manutenção indesejada de um perfil.

Portanto, aparentemente é razoável deixar que os familiares próximos tenham controle sobre a decisão, seguindo as regras da sucessão legítima. Transmitir-se-ia a rede social tal como se transmite os diários físicos.

Contudo, sob outra ótica, os dados inseridos na rede são infinitamente mais complexos do que as narrativas de um diário. Não se pode deixar de pontuar que, além de aspectos personalíssimos do morto, eles podem envolver a privacidade de terceiros que com ele se relacionavam virtualmente. Diante desses fatos, não parece mais tão razoável permitir livre acesso de familiares a essas interações.

Diante dessa controvérsia, é importante ressaltar que ainda não há uma resposta certa e única para as inquietações levantadas, no entanto, como ponto de partida é necessário conhecer as regulamentações pertinentes sobre o tema. Desse modo, o próximo capítulo passa a expor os regramentos, leis e projetos de lei que tratam da temática no Brasil.

3.ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: AS REGULAMENTAÇÕES PERTINENTES AO TEMA

A sucessão dos bens virtuais deixados pelo usuário após a sua morte, por ser um tema recente na sociedade, ainda não possui uma legislação pertinente e específica capaz de regulamentá-lo corretamente. As controvérsias sobre a natureza dos bens e consequentemente, quais bens merecem um tratamento especial, quais merecem uma atenção maior quanto a privacidade do usuário, dentre outros exemplos, são questões pontuais que precisam ser analisadas no momento da realização da sucessão, porém, ainda não foram normatizadas pelo legislador. Por essa razão, os casos controversos que surgem na sociedade são solucionados pelo poder judiciário por meio dos dispositivos legais existentes.

Inicialmente é importante analisar como o tema é abordado pela Constituição Federal, por ser norma que irradia o fundamento de validade de todas as outras normas jurídicas. Após, será estudado como o Código Civil de 2002 trouxe disposições gerais sobre sucessões, ainda que não cuide, especificamente da temática digital. Ademais, serão também avaliadas as disposições do Marco Civil da Internet, primeira legislação brasileira a regulamentar o uso da internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, que inovou ao estabelecer um tratamento de dados no meio virtual.

Em seguida, será feita uma análise das regulamentações e termos de uso das principais redes sociais utilizadas por brasileiros uma vez que, diante da falta de regulamentação legal específica, essas disposições privadas tendem a prevalecer e podem ser usadas pelos juristas como normas de orientação para solucionar um caso concreto.

3.1) Disposições na Constituição Federal de 1988

A Carta Magna confere fundamento de validade a todo o ordenamento jurídico brasileiro, tendo supremacia sobre as leis ordinárias, de modo que todas as leis posteriores devem estar em consonância com a Constituição Federal. Por essa razão, é importante iniciar a análise do tema ressaltando os dispositivos trazidos por ela sobre o assunto.

A herança é um direito fundamental constitucionalmente garantido, conforme previsão do art. 5, XXX da CRFB/88⁹⁹. Tal dispositivo não faz menção a uma herança digital, pois na época de sua elaboração a internet e a tecnologia não tinham a expressividade atual. Assim, o legislador constituinte não poderia prever como o fenômeno da internet, que ainda era inscipiente na época, se tornaria uma funcionalidade caseira que conectaria as pessoas em qualquer lugar do mundo e a qualquer momento, transformando as relações sociais para sempre e afetando o desenvolvimento das relações jurídicas.

Todavia, mesmo não havendo previsão específica, é razoável concluir que a Constituição Federal garante a herança digital com base no princípio da legalidade. Por esse princípio, no direito privado, o particular pode fazer tudo aquilo que a lei não veda. Dessa forma, visto que a lei não veda a herança digital, é plenamente possível considerar sua existência, que inclusive estaria constitucionalmente garantida recebendo a mesma proteção da herança física¹⁰⁰.

3.2) Disposições no Código Civil de 2002

O Código Civil de 2002 é o principal diploma normativo que versa sobre a sucessão dos bens deixados pelo *de cujos*. Ele apresenta dispositivos especificando os herdeiros, a ordem hereditária, as espécies de testamentos, dentre outros temas, conseguindo assim abarcar as principais situações de sucessão dos bens de forma satisfatória. De fato, a análise pormenorizada desse diploma foi realizada no capítulo 2.1 do presente trabalho. Todavia, é importante ressaltar que diante da falta de regulamentação específica as controvérsias relacionadas à transmissão dos bens digitais por herança muitas vezes serão solucionadas por meio de uma interpretação extensiva e sistemática¹⁰¹.

⁹⁹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 mar.2020. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXX - é garantido o direito de herança;

¹⁰⁰ LARA, op. cit., p. 105-106.

¹⁰¹ COSTA, Marco Aurélio de Farias. Herança Digital: valor patrimonial e sucessão de bens armazenados virtualmente. **Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco**. [S.I.] n 9. 2016, p. 191. Disponível em: <<http://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/152>>. Acesso em: 05 abr.2020.

Desse modo, como regra geral, os bens digitais do falecido, com natureza patrimonial, seriam destinados ao familiar mais próximo segundo a ordem de vocação hereditária, transmitindo-se aos herdeiros legítimos ou legatários¹⁰². Assim, a aplicação do art. 1.784 e seguintes do Código Civil seria ampliada para abarcar também os bens virtuais, sempre que possível.

Cumprе ressaltar que, no que tange aos bens digitais existenciais, as disposições do Código Civil parecem ser insuficientes, isso porque o tratamento sucessório segue uma lógica patrimonial. Conforme exposto, há bens digitais de caráter existencial e esses mereceriam uma tutela específica. Portanto, a aplicação do Código Civil não consegue regulamentar de maneira satisfatória todas as situações jurídicas geradas pelos complexos bens virtuais, muitas vezes servindo apenas para aqueles que possuem uma natureza patrimonial.

3.3) Principais contribuições do Marco Civil da Internet

A lei 12.965/2014, possui 32 artigos e é conhecida como Marco Civil da Internet. Tal diploma legal surge para regulamentar o uso da internet no Brasil, assegurando direitos e deveres aos usuário e provedores. A importância dessa lei para a governança da internet é notável ao ponto de ser chamada de “Constituição da Internet”.

Essa lei não apresenta normas específicas sobre a temática da sucessão digital dos bens virtuais deixados pelos *de cujo* que foram usuários das redes, porém, identifica diretrizes para o uso da internet e estabelece princípios e garantias aos usuários. Por essa razão, os dispositivos trazidos pelo legislador podem ser aproveitados para auxiliar a solucionar os litígios que aparecem no judiciário acerca da sucessão dos bens virtuais.

Um dos princípios mais importantes que constam no Marco Civil para reger o uso da internet é o da privacidade, expresso no art. 3, II¹⁰³. A importância da proteção da privacidade dos usuários é confirmada ao longo da lei quando se observa outros dispositivos que ratificam

¹⁰² Ibid., p. 192.

¹⁰³ BRASIL. **Marco Civil da Internet** (L 12.965 de 2014). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 13 abr. 2020. Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios (...) II - proteção da privacidade.

a sua indispensabilidade. Portanto, trata-se de uma diretriz fundamental que deve ser observada quando da utilização dos serviços digitais.

Um exemplo é o art. 7º caput e incisos I, II e III¹⁰⁴ que consideram o acesso à internet como essencial ao exercício da cidadania e asseguram a privacidade e o sigilo do usuário. Assim, dispõe que são invioláveis as comunicações e eventuais exceções à essa regra somente podem ser feitas por meio de ordem judicial. Ademais, determina que em caso de violação deve haver indenização por dano material e moral.

Nesse contexto, o art. 8º caput¹⁰⁵ também aborda o princípio da privacidade quando considera a garantia da liberdade de expressão e a privacidade como indispensáveis para o pleno exercício do direito de acesso à internet, deixando evidente que tal princípio é um valor essencial na rede.

Destarte, nota-se que dentre os pilares dessa lei, o princípio da privacidade assume um lugar de destaque. Deve ser oportunizada ao usuário a possibilidade de controlar a circulação de seus dados e evitar a intromissão do Estado e de terceiros na esfera privada de sua vida, salvaguardando suas informações pessoais e comunicações dispostas na rede¹⁰⁶.

Portanto, é possível depreender que o Marco Civil da Internet deixa evidente a opção pela proteção da privacidade dos usuários, logo, a inviolabilidade da intimidade e a preservação das informações é a regra.

Inclusive, essa opção respalda a corrente jurisprudencial que considera como regra a não transmissão do acervo digital aos herdeiros, salvo disposição testamentária. Dessa forma,

¹⁰⁴ BRASIL. **Marco Civil da Internet** (L 12.965 de 2014). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 13 abr. 2020. Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos: I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; II - inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei; III - inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;

¹⁰⁵ BRASIL. **Marco Civil da Internet** (L 12.965 de 2014). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 13 abr. 2020. Art. 8º A garantia do direito à privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações é condição para o pleno exercício do direito de acesso à internet.

¹⁰⁶ REVISTA IBERC, Minas Gerais, v.1, n.1, nov./fev.2019, p. 6. **Responsabilidade civil de provedores na rede: Análise da aplicação do Marco Civil da Internet pelo Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em: <https://a27db6d7-2ae5-4e80-955f30529ac8481f.filesusr.com/ugd/5d72ed_bab4da105706419dbbbc3804ce8add99.pdf>. Acesso em: 04. mar. 2020.

tal corrente destaca a valorização da inviolabilidade das informações em detrimento do direito dos herdeiros, tendo como fundamento as garantias de privacidade na internet e a garantia constitucional à privacidade, prevista no art.5º, X CRFB¹⁰⁷.

Sendo assim, diante dos valores e garantias estabelecidos pela Lei 12.965/14, é fundamental assumir a privacidade como um dos seus princípios centrais. Essa premissa é essencial para enfrentar as controvérsias da herança digital e analisar a sucessão dos bens deixados pelo usuário.

3.4) A importância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

O Marco civil assumiu a privacidade como valor essencial, todavia, trouxe apenas diretrizes gerais. Dessa forma, com o passar dos anos, tornou-se necessária uma proteção mais eficaz dos dados dos usuários da internet, pois diversos escândalos denunciaram episódios de vazamento de dados. Nesses casos, os dados vazados acabam sendo utilizados para finalidades diversas das pretendidas pelos usuários, um exemplo marcante foi o caso da Cambridge Analytica e Facebook¹⁰⁸.

Dessa maneira, diante da premente necessidade de uma proteção mais eficaz da privacidade dos dados do usuário da internet, o ex- presidente Michel Temer promulgou a lei 13.709 de 2018, chamada de Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Tal diploma normativo segue a tendência global de conferir maior segurança ao tratamento de dados na rede e foi inspirado no Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR). Importante citar que tem previsão de entrada em vigor para agosto de 2020¹⁰⁹.

¹⁰⁷ COSTA, op. cit., p. 195.

¹⁰⁸“O Facebook sofreu um forte abalo no último sábado com a revelação de que as informações de mais de 50 milhões de pessoas foram utilizadas sem o consentimento delas pela empresa americana Cambridge Analytica para fazer propaganda política. A empresa teria tido acesso ao volume de dados ao lançar um aplicativo de teste psicológico na rede social. Aqueles usuários do Facebook que participaram do teste acabaram por entregar à Cambridge Analytica não apenas suas informações, mas os dados referentes a todos os amigos do perfil.”
Uso político de dados. **Globo.com** Disponível em:<<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-uso-politico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghtml>>. Acesso em: 20. abr. 2020.

¹⁰⁹“O Senado aprovou que vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) seja postergada para janeiro de 2021, com as multas e sanções válidas a partir de 1º de agosto de 2021. A ação faz parte da flexibilização de relações jurídicas privadas votada e aprovada pelos senadores através do Projeto de Lei 1.179/2020, nesta sexta-feira (3), como medidas de emergência durante a pandemia de **coronavírus** no Brasil.” Senado posterga lei de

O objetivo desse diploma normativo é regulamentar o tratamento dos dados pessoais dos usuários, feitos por empresas públicas ou privadas. Nesse sentido, prevê procedimentos e diretrizes que devem ser seguidos pelas empresas que armazenam essas informações.

Assim, com o intuito de valorizar a privacidade, essa lei confere ao usuário o direito de ter ciência a respeito de como suas informações são tratadas, bem como da finalidade para qual elas foram coletadas, proibindo o uso indiscriminado de dados pessoais¹¹⁰.

É necessário, para fins didáticos, dar destaque aos dispositivos mais relevantes. Logo de início, em seu artigo 1, a lei faz menção específica sobre a necessidade de proteção da privacidade como um direito fundamental. É importante transcrever o artigo a fim de notar que tal princípio compõe um dos valores essenciais para o tratamento de dados na internet, evidenciando, mais uma vez, a relevância da proteção do sigilo dos dados e da vida íntima do usuário.

“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.”

Seguindo essa mesma tendência, a lei reitera no seu art. 2, I¹¹¹ o respeito a privacidade como fundamento da proteção de dados, enfatizando novamente a importância desse valor. Somado a isso, em seu art. 17, a lei assegura a pessoa natural a titularidade de seus dados, novamente reiterando a garantia da intimidade e privacidade.

“Art. 17. Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos desta Lei.”

Nesse contexto, é relevante pontuar que a LGPD perpassa de forma significativa a polêmica da herança digital, mesmo que não aborde o tema de maneira específica. Trata-se de

proteção de dados. **EcommerceBrasil**. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/lei-geral-de-protecao-de-dados-postergada-janeiro-coronavirus/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

¹¹⁰ Lei geral de proteção de dados. **Estadão**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/lcpd-entenda-o-que-e-a-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

¹¹¹ BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados**. (L. 13.709 de 2018). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 13 abr. 2020. Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos: I - o respeito à privacidade.

uma lei que propõe a proteção à privacidade como fundamento máximo para o tratamento de dados na rede. Tal característica corrobora a valorização desse direito, que é indispensável para a atuação no meio virtual. Com isso, fica evidente o objetivo do legislador em dar destaque para a proteção cada vez maior dos dados pessoais que o usuário deposita na internet.

Dessa forma, tal proteção é conferida sob a máxima de que o usuário tem o direito de controlar o destino e o uso de suas informações. Assim, a vontade e a privacidade do indivíduo devem ser respeitadas, pois a disposição dos dados só será válida se permitida pelo indivíduo, que deverá ter controle total acerca da sua destinação.

Logo, quando se trata de bens digitais existências que não tem nenhum caráter patrimonial, uma vez que eles são formados por dados pessoais, merecem ter assegurada a privacidade e a vontade do titular, que pode, inclusive, ser oposta contra os próprios herdeiros.

3.5) Como os termos de uso previstos nas principais redes sociais regulamentam a conta do usuário após a sua morte

As redes sociais são mecanismos digitais usados por grande parte das pessoas como forma de comunicação, interação com amigos e desenvolvimento de relacionamentos pessoais e profissionais, feitos por meio de uma conta cadastrada em determinado site. Com elas, os usuários compartilham informações sobre sua vida privada, fotos, vídeos e opiniões, tecendo comentários públicos ou participando de conversas particulares, decidindo com quem dividir as informações que divulgam. Desse modo, em uma conta de rede social existe uma infinidade de dados pessoais do usuário armazenados.

Quando o usuário morre tais informações permanecem na rede, pois a internet é atemporal e surge o conflito sobre qual destinação dar a elas. Porém, como foi exposto acima, não existem leis específicas sobre o tema determinando uma solução e prevendo a destinação dos bens digitais deixados pelos usuários falecidos. Em razão disso, a iniciativa privada decidiu estabelecer suas previsões. Assim, as redes sociais, de um modo geral, estabelecem em seus termos de uso a destinação para contas em caso de falecimento do usuário.

Diante disso, é importante pontuar as opções previstas aos usuários, pelas principais redes sociais, quais sejam, Facebook, Instagram e Twitter.

3.5.1- Facebook¹¹²

O Facebook surgiu oficialmente em 2004 e hoje se consolida como a rede social mais acessada do mundo, possuindo cerca de 2,3 bilhões de usuários¹¹³. Com o objetivo de promover a interação social, a plataforma consiste em uma rede de “amizades virtuais” que é formada por perfis pessoais, criados pelos usuários. Assim, possibilita a troca de mensagens e o compartilhamento de conteúdo entre os perfis criados, aproximando milhares de pessoas ao redor do mundo.

Ciente da necessidade de regular a situação dos perfis deixados após a morte dos usuários, o Facebook traz disposições em seus termos de uso para organizar a destinação dessas contas. Nesse sentido, oferece basicamente duas opções para a conta de um usuário falecido: exclusão da conta ou sua transformação em uma “conta memorial”.

Além disso, permite a eleição de um “contato herdeiro”, que seria uma pessoa responsável por escolher dentre as opções no caso de falecimento do titular. Cumpre informar que esse contato, eleito para gerenciar a conta do falecido usuário, possui liberalidade para baixar os arquivos armazenados no perfil do *de cujos*, ou seja, fotos, vídeos, publicações. Todavia, não poderá ter acesso a mensagens particulares ou informações de configuração de segurança, salvo testamento válido ou outro documento legal de consentimento.

Nesse contexto, fazer a opção pela exclusão significa que a conta será permanentemente deletada. Assim, mensagens, fotos, vídeos, interações e reações daquele usuário serão apagadas da rede.

A exclusão do perfil pode ser configurada pelo usuário ainda em vida. Assim, basta que ele selecione, nas configurações de seu perfil, a opção “excluir após falecimento”. Porém, se a pessoa habilitou um “contato herdeiro”, então ele ficará incumbido de solicitar a exclusão. Dessa maneira, tão logo o Facebook seja informado do falecimento, a conta será excluída.

¹¹² FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/103897939701143>> Acesso em 02. mar. 2020.

¹¹³ Facebook completa 15 anos. Globo.com. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/02/04/facebook-completa-15-anos-com-23-bilhoes-de-usuarios.ghtml>>. Acesso em: 15. abr 2020.

Por outro lado, a opção memorial permite que a conta continue funcionando como um mural para que amigos e familiares mandem mensagens de carinho. Interessante aqui transcrever a política do Facebook e as principais características de uma conta memorial.

“As contas transformadas em memorial são um local em que amigos e familiares podem se reunir para compartilhar lembranças após o falecimento de uma pessoa. As contas transformadas em memorial têm as seguintes características principais:
A expressão **Em memória de** será exibida ao lado do nome da pessoa no perfil.
Dependendo das configurações de privacidade da conta, os amigos poderão compartilhar lembranças na linha do tempo transformada em memorial.
O conteúdo que a pessoa compartilhou (por exemplo, fotos e publicações) permanecerá no Facebook e ficará visível para o público com o qual foi compartilhado.
Os perfis transformados em memorial não são exibidos em espaços públicos, como nas sugestões de Pessoas que você talvez conheça, em lembretes de aniversário ou em anúncios.
Ninguém pode entrar em uma conta transformada em memorial.
As contas transformadas em memorial que não tiverem um contato herdeiro não poderão ser alteradas.
Se recebermos uma solicitação de memorial válida, as Páginas com um único administrador cuja conta for transformada em memorial serão removidas do Facebook.”

A transformação em conta memorial pode ocorrer pela ação do “contato herdeiro” que além de solicitar essa mudança fica responsável pelos cuidados da conta. Porém, também pode ocorrer quando o usuário não determina nenhuma destinação em vida, ou seja, diante da inércia de solicitar a exclusão da conta ela se transformará em um memorial. Nesse caso, quando o Facebook ficar ciente do falecimento do usuário, transformará a conta em um memorial.

3.5.2- Instagram ¹¹⁴

O Instagram é uma das redes sociais mais populares no Brasil e conta com cerca de 66 milhões de usuários nacionais¹¹⁵. Trata-se de uma rede social que permite o compartilhamento de fotos, vídeos de curta duração e, mesmo estando centrada em um aspecto visual, possui funcionalidades que possibilitam a interação entre os usuários, tais como mensagens instantâneas e comentários nas respectivas fotos.

¹¹⁴FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/instagram/231764660354188?helpref=related>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

¹¹⁵ <https://exame.abril.com.br/tecnologia/estes-sao-os-dez-paises-que-mais-usam-o-instagram/>>. Acesso em: 20 abril 2020.

Diante do enorme sucesso do Instagram, que surgiu em 2010, o Facebook, logo em 2012, decidiu comprá-lo¹¹⁶. Desse modo, uma vez que são gerenciadas pela mesma empresa, tais redes sociais possuem políticas de uso similares. Assim, no que tange ao destino das contas dos usuários falecidos, o Instagram também apresenta duas possibilidades bem parecidas com as do Facebook: a conta pode ser excluída ou transformada em um memorial.

Para a exclusão da conta do Instagram em razão do falecimento do usuário é necessário o requerimento de um familiar. Desse modo, o familiar solicita a exclusão comprovando a sua condição de parente e a morte do usuário. Importa citar o disposto na política da rede social.

“Como remover a conta:

Os familiares próximos confirmados podem solicitar a remoção da conta do Instagram de um ente querido. Quando você envia uma solicitação de remoção, solicitamos provas de que você é um familiar direto da pessoa falecida. Estes são alguns exemplos: A certidão de nascimento da pessoa falecida.

A certidão de óbito da pessoa falecida.

Comprovação de autoridade de acordo com a lei local de que você é o representante legal da pessoa falecida ou do inventário dela.”

Por outro lado, para transformar a conta em memorial, qualquer pessoa pode informar a morte do usuário de determinado perfil, comprovando o óbito por meio de um link de obituário ou manchete de jornal.

A conta memorial criada pelo Instagram funciona como um arquivo, mantendo a salvo as publicações compartilhadas em vida, sem permitir alteração das informações que ali constam. É relevante transcrever as características de uma conta memorial, de acordo com as políticas de uso do Instagram.

O que acontece quando a conta do Instagram de uma pessoa falecida é transformada em memorial?

Veja aqui algumas das principais características de contas transformadas em memorial:

O Instagram não permite que ninguém entre em uma conta transformada em memorial.

O perfil de uma conta transformada em memorial não é exibido de forma diferente de uma conta que não foi transformada em memorial.

As publicações que a pessoa falecida compartilhou (incluindo fotos e vídeos) permanecerão no Instagram e ficarão visíveis para o público com o qual foram compartilhadas.

¹¹⁶ Instagram comprado pelo facebook. Globo.com. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/04/entenda-curta-historia-do-instagram-comprado-pelo-facebook.html>>. Acesso em: 20. abr. 2020

As contas transformadas em memorial não aparecem em espaços públicos, como na seção Explorar das pessoas.

Depois que a conta é transformada em memorial, ninguém pode alterar as publicações ou informações nela existentes. Isso inclui:

Fotos ou vídeos que a pessoa adicionou ao próprio perfil.

Comentários nas publicações compartilhadas pela pessoa no próprio perfil.

Configurações de privacidade do perfil.

Foto de perfil atual, número de seguidores ou pessoas seguidas.¹¹⁷

3.5.3- Twitter¹¹⁸

O Twitter é também conhecido como “microblog”, pois é um espaço para manifestação de opinião de forma sucinta, dando dinamicidade aos conteúdos compartilhados. Assim, permite aos usuários a publicação de pequenos textos com até 140 caracteres e além disso, é possível postar fotos, links¹¹⁹ e vídeos¹²⁰. Trata-se de uma rede social muito utilizada no mundo todo e que no Brasil, conta com cerca de 8 milhões de usuários¹²¹.

O Twitter apresenta disposições *pós mortem* muito interessantes. No caso de falecimento poderá ser solicitada a exclusão da conta, todavia, em respeito ao falecido e aos familiares, as postagens envolvendo a imagem da pessoa falecida também poderão ser removidas da conta de terceiros. Essa possibilidade não foi prevista na política de uso das redes sociais analisadas anteriormente.

Em primeiro lugar, existe a possibilidade de que os familiares próximos ao usuário falecido solicitem a desativação da conta mediante utilização de um formulário. Após esse procedimento, aquele perfil deixa de existir.

Em segundo lugar, indo além da simples exclusão, o Twitter permite que os conteúdos envolvendo a imagem da pessoa que faleceu sejam deletados. Dessa forma, um terceiro que em seu perfil compartilha informação que envolvem a imagem do morto, pode receber solicitação

¹¹⁷FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/instagram/231764660354188?helpref=related%20e>> Acesso em: 18 abr. 2020

¹¹⁸ TWITTER. Disponível em: <<https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/contact-twitter-about-media-on-a-deceased-family-members-account>> Acesso em: 18 fev. 2020

¹¹⁹ É o "endereço" de um documento (ou um recurso) na web.

¹²⁰ TWITTER. Para que serve o Twitter. **Techtudo**. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2012/02/o-que-e-twitter-e-para-que-serve.html>>. Acesso em: 20 abril 2020.

¹²¹REDES SOCIAIS. Países usuários. **Tecmundo**. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/144654-brasil-10-paises-usuarios-twitter.htm>>. Acesso em: 02.mar.2020.

para remoção do conteúdo. Tais medidas, procuram garantir a proteção da imagem daquele que faleceu e isso indica preocupação com solidariedade aos familiares.

Importante destacar que, caso o conteúdo compartilhado envolva mídia repugnante ou retrate usuários falecidos para fins sádicos, qualquer pessoa pode oferecer uma denúncia para que sejam removidos. Porém, no caso de conteúdos que apenas identificam a pessoa falecida, sem uma expressa situação repugnante, somente poderá ser denunciado por um familiar próximo ou pessoa autorizada, sendo eles os legitimados a requerer a remoção.

É interessante destacar as regras e políticas do Twitter que elencam os conteúdos que podem ensejar a solicitação de remoção.

“De acordo com esta política, podemos solicitar que você remova imagens ou vídeos produzidos no momento exato, imediatamente antes ou depois da morte de uma pessoa, **se recebermos uma solicitação de sua família ou de um representante autorizado**. Também não é permitido compartilhar imagens ou vídeos excessivamente repugnantes ou mídias que retratam uma pessoa falecida para fins sádicos. Exemplos do tipo de conteúdo para os quais podemos tomar providências de acordo com esta política incluem, mas não estão limitados a: imagens ou vídeos em que uma pessoa que pode ser identificada está claramente falecida; imagens ou vídeos que retratam o assassinato de uma pessoa que pode ser identificada; mídias excessivamente repugnantes que retratam a morte de uma pessoa que pode ser identificada; e imagens ou vídeos de uma pessoa falecida que pode ser identificada, compartilhados para fins sádicos, incluindo mídias que apresentam conteúdos que: zombam ou ironizam o falecido; e se divertem com o sofrimento do falecido.”

Destarte, mesmo não possuindo legislação específica sobre o tema o Brasil possui uma série de regulamentações pertinentes que devem ser observadas, em respeito a unidade do ordenamento jurídico. Ademais, os termos de uso das plataformas e sites também merecem atenção, pois já trazem regramentos para tratar a situação dos dados do usuário falecido, cabendo ao direito pátrio compatibilizar, sempre que possível, suas disposições com as previsões já existentes.

Feita a análise, no próximo capítulo, serão apresentados os projetos de lei que tratam da situação da Herança Digital, para que se possa analisar como a iniciativa legislativa tem se manifestado sobre o assunto no Brasil.

4. OLHAR PARA O FUTURO: ANÁLISE CRÍTICA DA INICIATIVA LEGISLATIVA NO BRASIL

Conforme exposto, o tema da Herança Digital desperta muitas reflexões. No tocante aos bens de natureza existencial deixados pelo usuário falecido, formados por dados pessoais, foi possível verificar que demandam um tratamento diferenciado em razão das questões relativas aos direitos da personalidade envolvidos, principalmente da privacidade.

Assim, após uma análise das regulações pátrias pertinentes restou constatado que, mesmo não possuindo lei específica, existem dispositivos que permeiam o tema e devem ser observados. Destacam-se as leis relativas ao uso da internet (Marco Civil e LDPG) que, de forma expressa, declaram a privacidade como valor máximo e fundamental a ser respeitado no meio digital.

Somado a isso, as regulamentações dos termos de uso (com ênfase nas relativas as principais redes sociais utilizadas no Brasil) trazem previsões que merecem ser respeitadas, no que tange a destinação dos dados daqueles que já faleceram.

Dessa maneira, passa-se a analisar os projetos de lei elaborados sobre o tratamento dessa Herança Digital, com intuito de promover uma análise crítica sobre as opções legislativas futuras. Após, serão apresentadas também algumas diretrizes, indicadas pela doutrina, como relevantes para o correto tratamento dessa Herança.

4.1) A iniciativa legislativa acerca do tema: análise dos projetos de lei desenvolvidos ao longo dos anos

No Brasil ainda não existe um dispositivo legal específico para o tratamento da Herança Digital. Contudo, essa ausência de lei não significa que o Poder Legislativo está negligenciando o tema, pois, na verdade, ao longo dos anos foram apresentadas diversas propostas de regulamentação. Desse modo, o legislativo busca definir qual deve ser a melhor destinação dos arquivos e conteúdos após a morte do usuário com intuito de diminuir a incerteza jurídica sobre o assunto.

Nesse contexto, o impulso legislativo se inicia com o projeto de lei 4.099 de 2012 que propõe alterar o 1.788 do Código Civil.

Art. 2.º. O art. 1.788 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 1.788

Parágrafo único. Serão transmitidos aos herdeiros todos os conteúdos de contas ou arquivos digitais de titularidade do autor da herança.

Desta forma, timidamente, o legislador procurou regular a destinação dos arquivos digitais. Todavia, fez isso sem se atentar as nuances que permeiam o tema, uma vez que, não realizou a essencial diferenciação entre a natureza dos diferentes bens digitais e tampouco especificou o conteúdo de tais arquivos. Por essa razão, a alteração legislativa proposta não tinha potencial para regulamentar o tema satisfatoriamente.

No mesmo ano, surgiu um novo Projeto de Lei nº 4847 de 2012 (que foi apensado ao PL. 4.099/2012) que propôs acrescentar o Capítulo II – A e os art. 1.797 – A a 1.797 – C ao Código Civil de 2002. Assim prevê o referido projeto:

Capítulo II-A

Da Herança Digital

“Art. 1.797-A. A herança digital defere-se como o conteúdo intangível do falecido, tudo o que é possível guardar ou acumular em espaço virtual, nas condições seguintes:

I – senhas;

II – redes sociais;

III – contas da Internet;

IV – qualquer bem e serviço virtual e digital de titularidade do falecido.

Art. 1.797-B. Se o falecido, tendo capacidade para testar, não o tiver feito, a herança será transmitida aos herdeiros legítimos.

Art. 1.797-C. Cabe ao herdeiro:

I - definir o destino das contas do falecido;

a) - transformá-las em memorial, deixando o acesso restrito a amigos confirmados e mantendo apenas o conteúdo principal ou;

b) - apagar todos os dados do usuário ou;

c) - remover a conta do antigo usuário.” (grifo nosso)

Ao analisar as modificações dispostas nesse Projeto de Lei verifica-se que ele apresenta uma proposta mais detalhada. A princípio foi apresentado um conceito de Herança Digital, para melhor delimitação da matéria a ser tratada e, em seguida previu que, na falta de testamento, haveria a transmissão aos herdeiros legítimos, de modo que, eles ficariam responsáveis pela administração das contas e dados do usuário.

Nota-se que o projeto preconizou a transferência *causa mortis* de todo conteúdo deixado pelo falecido em rede, sem, novamente, distinguir a natureza das informações. Inclusive que

em sua justificação existe a pretensão de assegurar o direito dos familiares de gerenciar o legado virtual¹²².

Dessa maneira, ambos os projetos citados se basearam na lógica de que a transferência do legado virtual deixado pelo *de cujos* deveria ter como fundamento as disposições sucessórias tradicionais, previstas no Código Civil, sem ao menos diferenciar o seu conteúdo ou natureza¹²³. Logo, assumem um posicionamento totalmente voltado para o direito dos herdeiros à Herança Digital e não levam em consideração a proteção dos direitos de privacidade sobre o conteúdo deixado pelo usuário falecido.

Após esses projetos, o tema foi novamente objeto de uma tentativa de regulamentação. Em 2015 surgiu outro projeto de lei, o PL 1.331 de 2015 que prevê a alteração no Marco Civil da Internet dispondo sobre o armazenamento de dados de usuários inativos na rede mundial de computadores.

Art. 2º O inciso X do art. 7º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 7º..... X – exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ou, em se tratando de morto ou de ausente, a requerimento do cônjuge, dos ascendentes ou dos descendentes, até o terceiro grau, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei. (NR)”

A partir da leitura do dispositivo, nota-se que esse projeto prevê a possibilidade de parentes efetuarem a exclusão dos dados da pessoa falecida. Dessa forma, tem intuito de proteger os dados que ficaram na rede após a morte. Com isso, ciente de que os chamados bens existenciais são constituídos por um conjunto de dados pessoais, essa previsão serve para regulamentá-los.

Ressalta-se que na justificação do projeto o legislador sinalizou a importância de “preservação da memória das pessoas” e o objetivo de “estabelecer o direito de o cônjuge, seus ascendentes ou descendentes, solicitarem a exclusão dos dados pessoais do morto ou ausente”.

Assim, trata-se de uma previsão que não transmite de forma irrestrita os bens digitais existências do morto e isso já é um avanço. No mais, também permite aos familiares o direito

¹²² LEAL, Livia Teixeira. **Internet e morte do usuário: propostas de tratamento jurídico post mortem do conteúdo inserido na rede**. 1. ed. – Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018, p 64.

¹²³ Ibid., p. 64.

de requerer a exclusão do conteúdo disposto em rede, até mesmo para sua proteção. Nesse ponto, há um interesse maior do legislador em proteger esse conteúdo disposto em rede.

Não obstante, isso gera questionamentos. Por exemplo, pode haver a manifestação expressa do morto pela manutenção do perfil mas, apesar disso, subsistir a vontade do legitimado de excluir a conta. Qual vontade deve prevalecer¹²⁴? Existe ainda a possibilidade de discordância entre os legitimados a respeito de qual destino conferir aos dados inseridos na rede e com isso, persiste também a dúvida de qual vontade deveria preponderar.

Importante ressaltar que esse projeto não faz alusão expressa a Herança Digital porém, ao estabelecer previsão sobre a destinação dos dados pessoais do usuário falecido, acaba por regular o tratamento para bens existenciais deixados após a morte. Entretanto, nada aduz sobre os bens digitais de caráter patrimonial, desvinculando assim, totalmente, uma situação da outra. Dessa forma, restaria necessidade de um outro regramento abordando as situações patrimoniais.

Após o PL. 1331 de 2015, o Poder Legislativo se movimentou novamente e em 2017 propôs o Projeto de Lei 7.742 de 2017 com a finalidade de acrescentar o art. 10-A à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a destinação das contas de aplicações de internet após a morte de seu titular.

Art. 10-A. Os provedores de aplicações de internet devem excluir as respectivas contas de usuários brasileiros mortos imediatamente após a comprovação do óbito. § 1º A exclusão dependerá de requerimento aos provedores de aplicações de internet, em formulário próprio, do cônjuge, companheiro ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive. § 2º Mesmo após a exclusão das contas, devem os provedores de aplicações de internet manter armazenados os dados e registros dessas contas pelo prazo de 1 (um) ano, a partir da data do óbito, ressalvado requerimento cautelar da autoridade policial ou do Ministério Público de prorrogação, por igual período, da guarda de tais dados e registros. § 3º As contas em aplicações de internet poderão ser mantidas mesmo após a comprovação do óbito do seu titular, sempre que essa opção for possibilitada pelo respectivo provedor e caso o cônjuge, companheiro ou parente do morto indicados no caput deste artigo formule requerimento nesse sentido, no prazo de um ano a partir do óbito, devendo ser bloqueado o seu gerenciamento por qualquer pessoa, exceto se o usuário morto tiver deixado autorização expressa indicando quem deva gerenciá-la.

Essa proposta apresenta um conteúdo muito mais detalhado do que as propostas anteriores, pois considera a vontade do falecido, a possibilidade de exclusão ou manutenção pelos familiares bem como, a política disposta nos termos de uso dos provedores. Contudo,

¹²⁴ Ibid., p. 67.

persiste o problema da falta de diferenciação dos bens quanto a sua natureza, que é essencial para solucionar os impasses que surgem no caso concreto. Afinal, se a conta de um usuário falecido possuísse um valor patrimonial, a exclusão não seria, de pronto, a melhor opção.

Ainda em 2017, alguns meses depois, foi elaborado um novo projeto de lei acerca do tema, de nº 8.562 de 2017, que propõe acrescentar o Capítulo II-A e os art. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Tal projeto foi apensado ao supracitado e suas disposições e justificção são iguais às do Projeto de Lei 4.847 de 2012 (apresentado no presente capítulo), assim traz os mesmos problemas já apontados anteriormente.

Recentemente, em 31 de outubro de 2019, foi apresentado um novo Projeto de Lei disposto a tratar do tema. O PL 5.820 de 2019 propõe dar nova redação ao art. 1.881 da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil.

“Art. 1.881. Toda pessoa capaz de testar poderá, mediante instrumento particular, fazer disposições especiais sobre o seu enterro, bem como destinar até 10% (dez por cento) de seu patrimônio, observado no momento da abertura da sucessão, a certas e determinadas ou indeterminadas pessoas, assim como legar móveis, imóveis, roupas, joias entre outros **bens corpóreos e incorpóreos**. §1º A disposição de vontade pode ser escrita com subscrição ao final, ou ainda assinada por meio eletrônico, valendo-se de certificação digital, dispensando-se a presença de testemunhas e sempre registrando a data de efetivação do ato. §2º A disposição de vontade também pode ser gravada em sistema digital de som e imagem, devendo haver nitidez e clareza nas imagens e nos sons, existir a declaração da data de realização do ato, bem como registrar a presença de duas testemunhas, exigidas caso exista cunho patrimonial na declaração. §3º A mídia deverá ser gravada em formato compatível com os programas computadorizados de leitura existentes na data da efetivação do ato, contendo a declaração do interessado de que no vídeo consta seu codicilo, apresentando também sua qualificação completa e das testemunhas que acompanham o ato, caso haja necessidade da presença dessas. **§4º Para a herança digital, entendendo-se essa como vídeos, fotos, livros, senhas de redes sociais, e outros elementos armazenados exclusivamente na rede mundial de computadores, em nuvem, o codicilo em vídeo dispensa a presença das testemunhas para sua validade.** §5º Na gravação realizada para fim descrito neste dispositivo, todos os requisitos apresentados tem que ser cumpridos, sob pena de nulidade do ato, devendo o interessado se expressar de modo claro e objetivo, valendo-se da fala e vernáculo Português, podendo a pessoa com deficiência utilizar também a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou de qualquer maneira de comunicação oficial, compatível com a limitação que apresenta.” (NR) (grifo nosso)

Nota-se que o projeto pretende inovar o Codicilo¹²⁵ permitindo sua realização de forma eletrônica (por meios digitais) e ainda, reconhece a existência da Herança Digital e a possibilidade de seu tratamento por meio do Codicilo em vídeo, feito de forma simplificada.

¹²⁵ Espécie de testamento que engloba disposições de última vontade simples como: diretrizes de enterro, esmolas de pouca monta, legação de bens de pouco valor (em relação ao montante da herança) ou ainda bens pessoais.

Dessa forma, o projeto traz uma definição de Herança Digital, caracterizando-a como um conjunto de “vídeos, fotos, livros, senhas de redes sociais e outros elementos armazenados exclusivamente na rede mundial de computadores, em nuvem (...)”. Somado a isso, afirma que todo esse conjunto poderá ser transmitido por meio do Codicilo, feito em formato de vídeo e sem a necessidade de testemunhas.

Ao realizar a justificação do projeto de lei o legislador reconhece que parte do patrimônio das pessoas é digital e ainda, que o caráter desse patrimônio, por vezes, é personalíssimo.

“Uma parte do patrimônio da maioria das pessoas encontra-se nos espaços virtuais, onde é possível guardar músicas, fotos, livros, sendo denominados na sucessão de herança digital, constituindo tais elementos verdadeiras expressões da personalidade. O Direito da personalidade, como é sabido, é vitalício. Todavia, com a morte do seu titular, atualmente, a maioria desse acervo virtual se perde em decorrência da ausência de um meio eficaz e simples para dispor sobre o mesmo.”

Dessa forma, prevê o Codicilo como um meio para disposição do patrimônio digital, afirmando que a falta de manifestação da vontade em vida faz com que o legado virtual seja perdido.

Percebe-se que este último projeto vai além dos outros, principalmente por considerar o elemento personalíssimo que envolve alguns bens digitais, todavia não traz a diferenciação dos bens quanto a sua natureza, uma vez que, somente cita, de forma vaga, que alguns bens que compõe o patrimônio virtual são elementos de expressão da personalidade. Com isso, persiste a dúvida sobre quais bens digitais estariam aptos a serem transmitidos por Codicilo, se apenas os de caráter existencial ou se também teria validade para os de caráter patrimonial.

Desse modo, também não faz menção aos casos em que não ocorre manifestação de última vontade do falecido e então fica uma incógnita sobre o destino dos bens dos usuários falecidos que não manifestaram sua vontade em vida. Logo, restam muitas dúvidas. Será que os bens que não foram objeto de codicilo seguem a ordem de sucessão legítima ou são excluídos da rede? Em caso de necessidade de exclusão, a quem cabe a gerência desses bens até serem devidamente excluídos?

Finalmente, cumpre informar que todos os projetos citados estão em situação arquivada, salvo o último (PL. 5.820 de 2019) que está Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Portanto, pelo exposto, é possível concluir que há uma tentativa do poder legislativo de regulamentar a Herança Digital, no entanto, a grande maioria dos projetos de lei deixa vácuos e dúvidas quanto a questões pertinentes.

Os principais problemas estão relacionados ao fato de serem ignoradas as distinções entre a natureza dos bens digitais deixados pelo *de cujos*, na maioria dos projetos não é conferida uma proteção diferenciada aos bens de natureza extrapatrimonial, ou seja, os dados pessoais do falecido não recebem tutela específica. Nesse ponto, até mesmo o projeto de lei que reconhece o elemento personalíssimo dos bens digitais (PL 5.820 de 2019), traz previsões muito vagas e imprecisas. Importante sinalizar, que a maioria dos projetos não compatibiliza suas disposições com as regulamentações dos termos de uso, o que pode causar ainda mais conflitos e gerar instabilidade.

Além disso, várias das regulamentações dos projetos apresentados não respeitam questões relativas a privacidade do usuário morto ou ainda, a privacidade de terceiros com quem ele tinha relação. Dessa forma, muitas questões extremamente relevantes foram negligenciadas na criação desses projetos e por isso, conclui-se que a iniciativa legislativa tem se mostrado ineficiente ao tratar da temática.

4.2) O destino do legado virtual

Conforme analisado, a iniciativa legislativa pátria não tem se mostrado eficaz para o tratamento dos bens digitais deixados pelo usuário falecido. Por essa razão, serão apresentadas diretrizes capazes de auxiliar na resolução de controvérsias que envolvem a destinação desses bens.

A doutrina vem sinalizando caminhos que são essenciais para resolução dos impasses enfrentados frente a Herança Digital e que deveriam ser consideradas pelo legislativo. Importante ressaltar que o trabalho não faz uma análise profunda da transmissibilidade dos bens

digitais de caráter patrimoniais, de modo que, se volta para a questão dos bens digitais de caráter existencial e defende um tratamento diferenciado a eles.

Destarte, é relevante observar as premissas propostas pela autora Livia Leal¹²⁶ para o tratamento das informações dispostas na rede após a morte do usuário.

- (i) a temática encontra-se no contexto da evolução tecnológica, em relação à qual o direito vai se encontrar frequentemente a um passo atrás, ou seja, muitas vezes não haverá previsões legais expressas em relação a algumas situações constituídas na rede;
- (ii) diante desse descompasso, o interprete irá adquirir papel de destaque, na medida em que caberá a ele a busca por elementos constantes no ordenamento jurídico posto e, sobretudo, nos princípios constitucionais, para propor soluções para os conflitos que se apresentam nessa seara;
- (iii) a interpretação deve pautar-se nos parâmetros definidos pela Constituição da República, que eleva a dignidade humana como eixo norteador;
- (iv) o tratamento estritamente patrimonial e sucessório não é suficiente para regular todas as situações jurídicas constituídas na rede após a morte do indivíduo, na medida em que a tutela *post mortem* dos direitos da personalidade, ou seja, das situações jurídicas existenciais, sobretudo no que se refere à proteção da privacidade e dos dados pessoais, se revela como importante elemento a ser considerado;
- (v) a liberdade para tal proteção não deve ser restrita aos herdeiros, considerando-se a personalidade como valor, a ser protegido como interesse juridicamente relevante de modo geral;
- (vi) devem ser diferenciadas as situações jurídicas patrimoniais e existenciais, buscando, nas situações jurídicas dúplices, uma análise funcional, considerando –se sob qual finalidade a situação jurídica serve melhor para o cumprimento dos objetivos constitucionais;
- (vii) devem ser ampliadas as formas de manifestação da vontade do usuário em vida em relação ao destino do conteúdo vinculado a ele na internet, como forma de promoção de sua autonomia existencial, de modo que, havendo disposições de vontade do usuário ainda em vida a respeito do tratamento de suas contas digitais, desde que estas sejam compatíveis com os demais preceitos do ordenamento jurídico, elas devem ser observadas, prevalecendo, inclusive, em relação à vontade dos familiares;
- (viii) os direitos da personalidade não são transmissíveis aos familiares após a morte, enquanto os efeitos patrimoniais decorrentes da repercussão econômica de tais direitos são transmissíveis aos herdeiros.

As premissas expostas apresentam diretrizes a serem consideradas quando se aborda a transmissão ou não dos dados do usuários após a morte. De um modo geral, a autora propõe a necessidade de respeito aos preceitos constitucionais e a diferenciação do caráter dos bens como pilares essenciais para se atingir o tratamento devido desses dados.

Dessa forma, fica claro que o tratamento puramente sucessório não abarca todas as situações oriundas da rede, sendo necessária uma tutela diferenciada para os bens de natureza

¹²⁶ LEAL, Livia Teixeira. *Internet e morte do usuário: propostas de tratamento jurídico post mortem do conteúdo inserido na rede*. 1. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018. p.62.

existencial qual seja, a tutela conferida aos direitos da personalidade, com destaque a proteção da privacidade. Assim, ainda que morto o usuário, a personalidade deve ser vista como valor juridicamente relevante e que carece de proteção. Nesse contexto, os bens jurídicos existenciais, tal como os direitos da personalidade, não seriam transmitidos diretamente aos familiares, mas somente os reflexos patrimoniais estariam sujeitos as disposições sucessórias.

Importante frisar que, uma vez considerados como “valor juridicamente relevante”, em caso de risco ou ameaça a sua integridade, esses dados poderiam ser protegidos por qualquer pessoa que possuísse interesse legítimo, não apenas pelos familiares. Nesse sentido cabe citar uma passagem pertinente de Schreiber¹²⁷ sobre o tema, na qual ele afirma:

Melhor seria que o Código Civil tivesse evitado essa associação indevida. A privacidade, a imagem, a honra da pessoa não são “coisas” que se transmitam por herança. São direitos essenciais cuja proteção é inteiramente distinta daquela reservada ao patrimônio. Solução mais adequada seria ter deixado as portas abertas à iniciativa de qualquer pessoa que tivesse “interesse legítimo” em ver protegida, nas circunstâncias concretas, a personalidade do morto.

Logo não haveria transmissibilidade dos bens existenciais do usuário morto para seus familiares, mas apenas lhes caberia, se necessário, pleitear a sua proteção. Sendo certo que, não somente os parentes como também qualquer pessoa com interesse legítimo (como por exemplo um amigo íntimo) poderia atuar na salvaguarda do valor personalíssimo que permeia tais bens.

É determinante considerar que quando um usuário se utiliza da rede social, ou de outra plataforma protegida por senha, ele está agindo na legítima expectativa de que as informações privadas ali dispostas estão protegidas da interferência alheia e isso inclui os familiares¹²⁸. Assim, não parece correto que após a morte essa expectativa, inclusive “prometida” pela plataforma, seja quebrada.

Por todo exposto, para alguns autores, esses bens existenciais podem ser considerados como um conteúdo desvinculado da ideia Herança Digital, já que não há transmissibilidade de

¹²⁷ SCHREIBER, op. cit., p. 153.

¹²⁸ LEAL, Livia Teixeira. **Internet e morte do usuário: propostas de tratamento jurídico post mortem do conteúdo inserido na rede**. 1. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018, p.66.

sua titularidade aos herdeiros. Nas palavras de Tartuce¹²⁹ sobre o tema, os bens que possuem aspectos personalíssimos devem “morrer com a pessoa”.

“Como palavras finais, entendo que é preciso diferenciar os conteúdos que envolvem a tutela da intimidade e da vida pri-vada da pessoa daqueles que não o fazem para, talvez, criar um caminho possível de atribuição da herança digital aos herdeiros legítimos, naquilo que for possível. Entendo que os dados digitais que dizem respeito à privacidade e à intimidade da pessoa, que parecem ser a regra, devem desaparecer com ela. Dito de outra forma, a *herança digital deve morrer com a pessoa.*”

Entretanto, ainda que os herdeiros não possam exigir que tais bens integrem sua herança, persiste a faculdade do indivíduo de testar. Não se pode olvidar que mesmo que aborde questões patrimoniais, o direito sucessório é permeado por valores constitucionais e sociais, sendo instrumento de perpetuidade do núcleo familiar e da dignidade do indivíduo. Logo, a herança digital de bens existenciais, de uma certa forma, pode subsistir como uma faculdade do falecido, que poderá exercê-la através das disposições de última vontade.

O autor José Figueiredo fala nos chamados “testamentos afetivos”, que permitiram a “curatela de memórias” e funcionariam como “extensão existencial”¹³⁰. O Código Civil não parece oferecer óbices a esse tipo de testamento, uma vez que, em seu art. 1.857 §2º¹³¹, prevê a possibilidade de testar bens de natureza não patrimonial. Assim, o indivíduo poderia destinar a quem quisesse os seus bens existenciais dispostos na rede.

É necessário que se respeite não somente a autonomia da pessoa sobre a destinação dos próprios dados (que deve ser respeitada após a morte), como também o direito a legar uma memória aos seus entes queridos, e assim, de se fazer eternizar, por meio da destinação desses dados, pelo menos para aqueles que estimou em vida.

Importante pontuar que a transmissibilidade de bens existenciais, no exemplo das contas de redes sociais, ainda que feitas por meio de um testamento legítimo, esbarram em duas

¹²⁹ TARTUCE, Flávio. Herança Digital e Sucessão Legítima: primeiras reflexões. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**. Ano 5, nº 1, 2019, p. 873. Disponível em: <http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/1/2019_01_0871_0878.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

¹³⁰ ALVES, Jones Figueiredo. **A extensão existencial por testamentos afetivos**. Disponível em: <<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/367842718/aextensaoexistencialportestamentosafetivos?ref=toifed>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

¹³¹ BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 04 mar. 2020. Art. 1.857. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte. (...)§ 2º São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado.

circunstancias relevantes: a primeira referente a privacidade de terceiros com que o morto se relacionava privadamente e a segunda referente a propriedade das contas de rede social.

No que tange a primeira circunstância é certo que, ainda que esta seja a vontade do falecido, parece ser inviável que o mesmo possa permitir que outra pessoa tenha acesso irrestrito a sua conta de rede social uma vez que, lá constam inteirações privadas com terceiros, desse modo haveria violação de privacidade destes¹³².

A existência de direitos da personalidade do morto é um assunto controvertido, no entanto, no tocante as pessoas vivas a questão está pacificada. Logo, os indivíduos que interagiram com falecido o fizeram na expectativa de privacidade e está não pode ser violada, sob pena de afrontar os direitos da personalidade daquele que ainda vive.

A segunda circunstância diz respeito a questão de propriedade da conta da rede social. A grande polêmica é que o dono do perfil não é proprietário da conta na rede social, mas apenas dos dados ali dispostos por ele. Na verdade, se adquire a possibilidade de uso da plataforma oferecida para inserção de informações¹³³.

Desse modo, nem mesmo a vontade expressa do falecido poderia, efetivamente, transferir a titularidade da conta para outra pessoa. Portanto, a princípio, somente os dados ali inseridos ou a legitimidade para protegê-los poderia ser transmitida a terceiros. Sendo assim, a vontade do usuário morto, em relação a destinação da conta em si, esbarra na natureza e regulamentação expressa do site ou rede social em questão, que é o verdadeiro proprietário da mesma.

Cumprе informar, que existem casos nos quais um perfil pode ter uma natureza mista, ou seja, englobar tanto conteúdo patrimonial quanto existencial, tal como o caso do Gugu Liberato, destacado no capítulo 2. Nesse cenário, a resolução do impasse se torna ainda mais tortuosa e, ante a falta de uma previsão legal, será necessário distinguir as situações existenciais e as patrimoniais, fazendo compatibilização entre os direitos da personalidade do morto, os direitos sucessórios dos herdeiros e os termos de uso da rede social em questão.

¹³² LEAL, Livia Teixeira. **Internet e morte do usuário: propostas de tratamento jurídico post mortem do conteúdo inserido na rede**. 1. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018. p. 76-77.

¹³³ Ibid., p. 88.

Assim, por todo o exposto, a manifestação de última vontade, respeitando as circunstâncias essenciais listadas, parece ser a melhor solução para o impasse da destinação dos bens digitais existenciais *post mortem*, pois compatibiliza a proteção à privacidade e autonomia do falecido, permitindo o direito de se autodeterminar após a morte, bem como de perpetuar a memória digitalmente.

Dessa forma, é essencial respeitar a vontade do indivíduo que pode desejar destinar a administração de seus dados após a morte para uma pessoa de confiança. Com isso, pretende salvaguardar a integridade dos mesmos e permitir perpetuação de sua memória frente a coletividade, como é o caso das contas memoriais.

Além disso, também pode destinar o conteúdo existencial aos entes queridos, como forma de se perpetuar no coração deles, como nos casos em que os dados dispostos em rede (ressalvados os que envolvem terceiros) são salvos e entregues às pessoas indicadas, que passam a ter para si as fotos, vídeos, mensagens e outras informações.

Na ausência de testamento, como regra, deverá ser respeitada a privacidade do usuário falecido, até mesmo contra seus familiares, cabendo aos legítimos interessados apenas pleitear proteção desse acervo, sempre em observância dos termos de uso e também dos valores do ordenamento jurídico. Para casos excepcionais, que carregam alguma peculiaridade que justifique uma ingerência maior na privacidade do morto caberá ao magistrado avaliar o caso concreto, ponderando os bens jurídicos envolvidos.

CONCLUSÃO

A Herança Digital surge como uma inquietação na contemporaneidade. Trata-se de um assunto pouco explorado, mas que já atrai interesse social e jurídico. Inegavelmente, a sociedade se virtualizou, o que fez surgir a capacidade de o indivíduo acumular bens digitais ao longo de sua vida. Esses bens ficam perpétuos na rede, porém, a vida humana é finita, e diante disso, questiona-se qual será a destinação desse acervo digital após a morte do usuário.

A grande peculiaridade envolvendo essa herança moderna está justamente na natureza dos bens que a compõem. Os bens digitais são incorpóreos e se dividem entre os patrimoniais, com evidente valor econômico; os existenciais, de cunho personalíssimo e ainda os mistos, que carregam ambas as naturezas mescladas. Quanto aos bens patrimoniais, em tese, poderiam ser transmitidos aos herdeiros de acordo com as regras de sucessão do Código Civil. Todavia, no que tange os bens existenciais, em razão da complexidade de sua essência, o direito enfrentará maiores dificuldades.

Os bens digitais de caráter existencial são compostos por dados pessoais do usuário, representando a sua identidade e formando a espécie de “*corpo eletrônico*” na visão de Rodotà. Dessa maneira, quando o usuário falece seu corpo eletrônico continua existindo no mundo digital. Não raro, estudiosos verificam como a internet tem modificado as relações e interações humanas de modo que, tampouco a morte escapa dessa influência. Assim, a questão dos bens digitais existenciais vem modificando a forma de vivenciar a morte, principalmente, em razão da dualidade entre a imortalidade dos dados da rede e a mortalidade do usuário.

Nesse contexto, as redes sociais assumem uma posição de destaque, visto que são mecanismos de interação amplamente utilizados na sociedade atual e que guardam uma infinidade de bens digitais existenciais, como fotos, vídeos, mensagens. Não há dúvidas de que, no futuro, diversos perfis póstumos estarão nas redes e caberá ao Direito regulamentar o tratamento desse conteúdo. Para lidar com essa realidade iminente, as normas jurídicas necessariamente deverão promover uma tutela diferenciada dos bens existenciais, porque não há como oferecer um tratamento puramente patrimonial aos bens que tem uma natureza claramente personalíssima.

Desse modo, valores constitucionais e personalíssimos precisarão ser considerados e nesse sentido, a defesa da privacidade assume posição de destaque, sendo devida a proteção dos bens existenciais mesmo após a morte do usuário. Tal questão não encontra respaldo no

ordenamento brasileiro que não reconhece direitos da personalidade do morto, contudo, caberá ao direito evoluir e abarcar essas situações pós morte, uma vez que tais bens carregam um valor juridicamente relevante, ainda que ausente de titular.

Esses perfis sociais, por constituírem expressões tão fies dos usuários falecidos, muitas vezes despertam interesse dos familiares que sentem que ali está também sua herança. Assim, lides envolvendo familiares do morto que desejam ter acesso ao conteúdo virtual deixado pelo *de cujos* tem se tornado cada vez mais frequentes. Em que pese a transmissão aos familiares pareça ser, em um primeiro momento, a decisão acertada, não é um tema de solução simples em razão da complexidade das interações construídas na rede social. Por essa razão, não é possível autorizar essa transferência de titularidade de dados levianamente, sem considerar a necessária tutela personalíssima.

Quanto ao direito brasileiro, não existe (ainda) legislação específica para regulamentar o tema, dependendo então de outros regramentos que permeiam o assunto. No entanto, há de se considerar que todas as leis correlatas apontam para valorização da privacidade quando se trata de dados pessoais armazenados na rede, logo, esse princípio deve ser considerado mesmo após a morte do titular. Diante da carência de regramento específico, o legislativo vem elaborando projetos para regulamentação do assunto. No entanto, ao analisar essas iniciativas nota-se que ainda são muito ineficientes, justamente por não respeitarem as nuances que permeiam os bens digitais, não conferindo assim, a devida tutela aos bens de caráter existencial.

Frente a isso, a doutrina tem se debruçado cada vez mais sobre a temática, buscando oferecer diretrizes para avançar no tratamento desses bens existenciais. Nesses estudos existe um certo consenso sobre a necessidade de proteção da privacidade do conteúdo pessoal deixado pelo *de cujos*, proteção essa que deve ser oposta, inclusive, contra os próprios familiares, afinal, não somente informações do morto, como também de terceiros com quem ele se relacionou virtualmente estão envolvidas. Outro ponto muito relevante é o respeito aos termos de uso das plataformas que armazenam os dados, pois essas normativas auxiliam na construção de uma diretriz harmônica ao definir o que fazer com esses dados após a morte do usuário.

Em virtude da particularidade dos bens digitais existenciais muitos doutrinadores não os consideram como herança, isso porque não são bens passíveis de transmissão, ou seja, não são de direito dos familiares. Sob essa visão, o corpo eletrônico deveria seguir o físico, de modo que a morte do usuário implicaria também na “morte” do seu perfil. Todavia, sob outra ótica,

os bens digitais existenciais poderiam ser objeto de herança. Isso decorre da ideia de que o direito sucessório não é apenas voltado para questões patrimoniais, pois envolve dinâmicas do direito familiar e sofre forte influência dos valores constitucionais, inclusive, não existem óbices para o testamento de bens de natureza não patrimonial. Trata-se de um ramo jurídico que, como todos os outros, está em constante evolução, sendo influenciado pelo contexto histórico e social no qual está inserido, dessa forma não poderá se manter alheio as inovações que têm surgido.

Os bens existenciais transportam muito da singularidade e personalidade do indivíduo e podem ser uma forma de se perpetuar no tempo por meio da tecnologia que permite o armazenamento de uma memória rica e palpável daqueles que já se foram. Dessa maneira, se for a vontade do falecido, respeitados os limites constitucionais, não parece razoável excluir essa memória, logo, ela poderia ser legada a terceiros, sejam eles familiares ou não. Tal Herança Digital não se configura como um direito sucessório dos herdeiros necessários, mas como um direito do falecido de se manter vivo, digitalmente, por meio desses bens digitais.

Por todo exposto, nota-se que a novidade do tema bem como a falta de regulamentação específica cria uma certa insegurança jurídica no direito brasileiro. O atual cenário delega para o judiciário a responsabilidade de impor os limites para o tratamento dos bens digitais do usuário falecido e para isso, será necessário promover a distinção da natureza dos bens e aplicar as diretrizes apontadas pela doutrina moderna. Somado a isso, será imprescindível realizar a compatibilização da proteção de valores constitucionais com os anseios do usuário falecido, não somente salvaguardando a sua privacidade, mas também, garantindo o direito de promoção de testamentos afetivos, de modo a redefinir a ideia de morte por meio de um direito sucessório voltado para o legado de memórias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais**. Porto Alegre: Fi, 2019.

ALMEIDA, Juliana Evangelista de; ALMEIDA, Daniel Evangelista Vasconcelos. **Direito à “morte” digital?**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e3f8cedce7f1fa45>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

ALVES, Jones Figueiredo. **A extensão existencial por testamentos afetivos**. Disponível em: <https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/367842718/a-extensao-existencial-por-testamentos-afetivos?ref=topic_feed>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 mar. 2020

_____. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 04 mar. 2020.

_____. **Conselho da Justiça Federal**. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/204>> Acesso em: 04 mar. 2020.

_____. **Marco civil da internet** (L 12.965 de 2014). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 13 abril 2020.

_____. **Lei geral de proteção de dados** (L. 13.709 de 2018). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 13 abril 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei 4.099 de 2012**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=548678>>. Acesso em: 18 abril 2020.

_____. **Projeto de Lei nº 4847 de 2012**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=563396>> Acesso em: 18 abril 2020.

_____. **Projeto de lei 1.331 de 2015**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1227967>> Acesso em: 18 abril 2020.

_____. **Projeto de Lei 7.742 de 2017**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2139508>> Acesso em: 18 abril 2020.

_____. **Projeto de Lei 8.562 de 2017.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2151223>>. Acesso em: 18 abril 2020.

_____. **Projeto de Lei 5.820 de 2019.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228037>>. Acesso em: 18 abril 2020.

CANCELIER, Mikhail Vieira de Lorenzi. O direito à privacidade hoje: perspectiva histórica e o cenário brasileiro. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**. Florianópolis, v. 38, n. 76, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2017v38n76p213/34870>>. Acesso em: 05.abr. 2020.

COSTA, Marco Aurélio de Farias. Herança Digital: valor patrimonial e sucessão de bens armazenados virtualmente. **Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco**. [S.I.] n 9. 2016. Disponível em: <<https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/152>>. Acesso em: 05 abr.2020.

CRIPTO MOEDAS. **Guia do Bitcoin.** Disponível em: <<https://guiadobitcoin.com.br/criptomoedas/>>. Acesso em: 18. mar. 2020.

FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.facebook.com/>>. Acesso em. 18. fev. 2020.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**. 7.São Paulo: Atlas, 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito civil**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 7. Direito das Sucessões. São Paulo: Saraiva, 2014.

INSTAGRAM. Disponível em: <<https://www.instagram.com/?hl=pt-br>>. Acesso em. 18. fev. 2020.

LACERDA, Bruno Torquato Zampier. **Bens Digitais**. São Paulo: Foco Jurídico, 2017.

LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. Rio Grande do Sul: s.c.p; 2016.

LEAL, Livia Teixeira. **Internet e morte do usuário: a necessária superação do paradigma digital**. Revista Brasileira de Direito Civil – RBD Civil, Belo Horizonte, v. 16. 2018.

_____. **Internet e morte do usuário: propostas de tratamento jurídico post mortem do conteúdo inserido na rede**. 1 ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **Ecommerce**. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/lei-geral-de-protecao-de-dados-postergada-janeiro-coronavirus/>>. Acesso em: 10. maio. 2020.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **Estadão**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/lgpd-entenda-o-que-e-a-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais/>>. Acesso em: 15.abr. 2020.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil. 6. Direito das Sucessões**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PEREIRA, Caio Mário Silva. **Instituições de direito civil**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense 2014.

PERLINGIERE apud ALMEIDA, Juliana Evangelista de. **Testamento Digital: como se dá a sucessão dos bens digitais**. Porto Alegre: Fi., 2019.

PERLINGIERE apud ALMEIDA, Juliana Evangelista de; ALMEIDA, Daniel Evangelista Vasconcelos. **Direito à “morte” digital?**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e3f8cedce7f1fa45>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

REVISTA IBERC, Minas Gerais, v.1, n.1, nov./fev.2019. **Responsabilidade civil de provedores na rede: Análise da aplicação do Marco Civil da Internet pelo Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em: <https://a27db6d7-2ae5-4e80-955f30529ac8481f.filesusr.com/ugd/5d72ed_bab4da105706419dbbbc3804ce8add99.pdf>. Acesso em: 04. mar. 2020.

RODOTÀ, Stefano. Globalização e o direito. In. **PALESTRA PROFERIDA EM 2003**, Rio de Janeiro. Tradução Myriam de Filippis. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/151613/DLFE-4314.pdf/GlobalizacaoeoDireito.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. 2 ed. São Paulo: Altas, 2013.

TARTUCE, Flávio. Herança Digital e Sucessão Legítima: primeiras reflexões. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**. Ano 5, nº 1, 2019. Disponível em: <http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/1/2019_01_0871_0878.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único**. 4. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

TWITTER. Disponível em: <<https://twitter.com/?lang=pt>>. Acesso em. 18. fev. 2020.

ZAMPIER apud LEAL, Livia Teixeira. **Internet e morte do usuário: propostas de tratamento jurídico post mortem do conteúdo inserido na rede**/ 1. ed. – Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018.

Alemanha nega a pais acesso a facebook da filha. **DW**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/alemanha-nega-a-pais-acesso-a-facebook-de-filha-morta/a-39065271>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

Aumento de seguidores de Gugu reacende debate. **Notícias Uol**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/02/aumento-de-seguidores-de-gugu-reacende-debate-sobre-heranca-digital.htm>>. Acesso em: 18. Fev. 2020.

Em 50 anos o facebook terá mais usuários mortos do que vivos. **Exame Abril**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/em-50-anos-o-facebook-tera-mais-usuarios-mortos-do-que-vivos-diz-estudo/>>. Acesso em: 18. fev. 2020.

Facebook completa 15 anos. **Globo.com**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/02/04/facebook-completa-15-anos-com-23-bilhoes-de-usuarios.ghml>>. Acesso em: 15.abr.2020.

Instagram comprado pelo Facebook. **Globo.com**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/04/entenda-curta-historia-do-instagram-comprado-pelo-facebook.html>>. Acesso em: 20 .abr.2020.

Luta de mãe pelo facebook da filha. **Globo.com**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/04/luta-de-mae-pelo-facebook-da-filha-expoe-questao-de-heranca-digital.html>>. Acesso em: 18. fev. 2020.

Mãe pede exclusão de perfil da filha. **Globo.com**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/04/mae-pede-na-justica-que-facebook-exclua-perfil-de-filha-falecida-em-ms.html>>. Acesso em: 18. fev. 2020.

Metade do planeta está nas redes sociais. **Super Abril**. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/tecnologia/metade-do-planeta-esta-nas-redes-sociais-que-ja-somam-35-bilhoes-de-usuarios/>>. Acesso em: 18. mar. 2020.

Os dez países que mais usam o instagram. **Exame abril**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/estes-sao-os-dez-paises-que-mais-usam-o-instagram/>>. Acesso em: 15.abr.2020.

Países usuários twitter. **Tecmundo**. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/144654-brasil-10-paises-usuarios-twitter.htm>>. Acesso em: 02.mar.2020.

Para que serve o Twitter. **Techtudo**. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2012/02/o-que-e-twitter-e-para-que-serve.html>>. Acesso em: 02.mar.2020.

Senado posterga lei de proteção de dados. **EcommerceBrasil**. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/lei-geral-de-protecao-de-dados-postergada-janeiro-coronavirus/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Uso político de dados. **Globo.com**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-uso-politico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghml>>. Acesso em: 20. abr. 2020.

WEB 2.0. **Folha Uol.** Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u20173.shtml>>. Acesso em: 18 fev.
2020.